
RELATÓRIO E CONTAS 2013



Índice

INTRODUÇÃO	4
1. ANÁLISE DA ATIVIDADE DA FFCUL EM 2013	10
1.1 EVOLUÇÃO DOS PROJETOS	10
1.2 RECURSOS HUMANOS	12
1.3 ESTRUTURA DA FFCUL	15
1.4 INDICADORES DE GESTÃO DA FFCUL	16
1.4.1 Fluxos de Pedidos de Pagamento	16
1.4.2 Encerramento contabilístico	17
1.5 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS OPERACIONAIS DA FFCUL	18
1.5.1 Atividades comuns	18
1.5.2 Núcleo de Projetos internacionais	18
1.5.3 Núcleo de Projetos Nacionais	20
1.5.4 Núcleo de Prestação de Serviços	22
1.5.5 Núcleo Financeiro	23
1.6 RELACIONAMENTO COM A FCT	24
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
2.1 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	26
2.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	32
2.3 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS INDIRETOS ANTES DO IMPOSTO	32
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	34
3.1 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	34
3.2 FUNDOS PATRIMONIAIS	34
3.3 ESTRUTURA DO BALANÇO	35
3.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	38
4. PERSPETIVAS FUTURAS	38
5. AGRADECIMENTOS	39
6. ÓRGÃOS SOCIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	40
7. BALANÇO	41
8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	42
9. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	43
10. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	44
11. ANEXOS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	46
1. NOTA INTRODUTÓRIA	46
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	46
2.2. DISPOSIÇÕES DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO DERROGADAS NO EXERCÍCIO	46
2.3. RUBRICAS NÃO COMPARÁVEIS COM O EXERCÍCIO ANTERIOR	46
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	46
3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO	46
3.2. INVESTIMENTOS FINANCEIRO	46
3.3. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	46
3.4. ATIVOS INTANGÍVEIS	47
3.5. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS, EXCLUINDO GOODWILL	47

3.6.	ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS	47
3.7.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	47
3.8.	SUBSÍDIOS DO GOVERNO	48
3.9.	TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA	48
3.10.	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	48
3.11.	RÉDITO.....	49
3.12.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	49
3.13.	JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS	50
4.	FLUXOS DE CAIXA	50
4.1.	CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	50
5.	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	51
6.	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	51
7.	ACTIVOS INTANGÍVEIS	52
8.	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS.....	53
9.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	54
10.	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	54
11.	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	55
12.	OUTRAS CONTAS A RECEBER	55
13.	DIFERIMENTOS ACTIVOS	55
14.	FUNDOS PATRIMONIAIS.....	55
15.	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	56
16.	SUBSÍDIOS DO GOVERNO	56
17.	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES.....	56
18.	OUTRAS CONTAS A PAGAR	57
19.	FORNECEDORES	57
20.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	57
21.	DIFERIMENTOS PASSIVOS	57
22.	RÉDITO	57
23.	FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	58
24.	GASTOS COM PESSOAL.....	58
25.	IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	58
26.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	58
27.	OUTROS GASTOS E PERDAS	59
28.	AMORTIZAÇÕES	59
29.	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	59
30.	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS.....	60
31.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	60
32.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	60
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	61
	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	63

INDICE DE TABELAS

TABELA 1 – CANDIDATURAS SUBMETIDAS EM 2013	10
TABELA 2 – PROJETOS INICIADOS EM 2013	10
TABELA 3 – PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2013	11
TABELA 4 – PROJETOS ENCERRADOS CONTABILISTICAMENTE EM 2013	11
TABELA 5 – GESTÃO DE PROJETOS / CENTROS DE CUSTO EM 2013	12
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO E ENCARGOS DOS COLABORADORES DA FFCUL POR TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL.....	12
TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR BENEFICIÁRIO E TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL	13
TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR BENEFICIÁRIO E FUNÇÃO	13
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES DA ESTRUTURA CENTRAL DA FFCUL	15
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA DA FFCUL (EM €)	15
TABELA 11 – DESPESA REPORTADA ATRAVÉS DE PP'S EM 2012 E 2013	17
TABELA 12 – Nº DE CANDIDATURAS APRESENTADAS EM 2013 POR PROGRAMA E TEMA.....	19
TABELA 13 – Nº DE CANDIDATURAS APRESENTADAS EM 2013 POR PROGRAMA E TEMA.....	23
TABELA 14 – RELACIONAMENTO FINANCEIRO ENTRE A FFCUL E A FCT EM 2013	25
TABELA 15 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2013 POR UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO (COMPONENTE FFCUL)	28
TABELA 16 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DA FFCUL EM 2013 POR ÁREA DEPARTAMENTAL DA FCUL.....	29
TABELA 17 – INQUÉRITO AO POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (IPCTN) 2013 (COMPONENTE FFCUL)	30
TABELA 18 – INQUÉRITO AO POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (IPCTN) 2013 (FUNDOS) (COMPONENTE FFCUL)	31
TABELA 19 – ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS DA FFCUL (2013)	33
TABELA 20 – ESTRUTURA DO BALANÇO	36

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRINCIPAIS GRUPOS BENEFICIÁRIOS DOS COLABORADORES DA FFCUL	13
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL	14
FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR TIPO DE BENEFICIÁRIO	14
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS BOLSEIROS POR TIPO DE PROJETO FINANCIADOR	15
FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CC'S ENCERRADOS CONTABILISTICAMENTE.....	17
FIGURA 6 – DESPESA MENSAL TOTAL EM PROJETOS FINANCIADOS PELA FCT	25
FIGURA 7 – RELACIONAMENTO ENTRE A FFCUL E A FCT - VALORES ACUMULADOS: DESPESA FEITA OU COMPROMETIDA (VERMELHO), REEMBOLSOS FCT (VERDE), VALORES JÁ VALIDADOS PELA FCT MAS AINDA NÃO REEMBOLSADOS (AZUL)	26
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS DA FFCUL	26
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DA FFCUL	32
FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS DA FFCUL.....	35

Introdução

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (**FFCUL**) tem por fim fomentar atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultoria e divulgação, realizadas no âmbito da missão da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL). Neste contexto a FFCUL manteve uma estrutura de recursos humanos, administrativa, técnica e logística adequada à sua missão de apoiar a comunidade científica da FCUL na promoção e obtenção de novos financiamentos, públicos e privados, de organismos nacionais e internacionais. A atividade da FFCUL e da estrutura que a suporta, têm-se pautado por uma total coordenação com as unidades da Faculdade e numa perspetiva comum de não duplicação de serviços e funções exercidas.

A história institucional da FFCUL desde 2012 tem sido particularmente complexa por força de iniciativas políticas e que perturbaram significativamente a gestão da FFCUL e a atividade de I&D da Faculdade de Ciências. A imposição de regras sem sentido para esta fundação, associado a atrasos de resposta das entidades públicas, deram origem a uma situação de gestão em que responsáveis universitários, gestores e juristas não vislumbram ainda um quadro de funcionamento inequivocamente compatível com as disposições contraditórias impostas.

No que diz respeito à política relativa às fundações, os factos ocorridos em 2012 e 2013 podem sintetizar-se do seguinte modo¹:

1. A FFCUL foi criada pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa como uma instituição privada sem fins lucrativos em **1992**;

2012

2. A **3 janeiro de 2012**, a Lei n.º 1/2012, em cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal bem como do programa do XIX Governo Constitucional, deu início ao **Censo das Fundações** do qual decorreriam expectavelmente decisões sobre a manutenção ou extinção das fundações existentes em Portugal. A FFCUL enviou atempadamente toda a informação/documentação solicitada em fevereiro de 2012.
3. A Lei 24/2012 de **9 de julho de 2012**, que aprova a Lei-Quadro das Fundações (LQF) passou a classificar a FFCUL como uma fundação pública de direito privado (art. 4º do anexo) dando, no entanto, um **prazo** de seis meses para as fundações públicas adequarem a sua denominação, estatutos e orgânica ao disposto na LQF, sendo que, **após essa data** (13 de janeiro de 2013) **o disposto na lei prevaleceria sobre os estatutos**, caso estes não tivessem entretanto sido alterados;
4. A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 79-A/2012 de **25 de setembro de 2012**, decorrente do censo e avaliação das fundações nacionais, recomendou à

¹ Este [histórico](#) - que tem sido objeto de diversas atualizações - pode ser consultado no sítio da FFCUL na internet.

Universidade de Lisboa (UL) - considerada pela Presidência do Conselho de Ministros (PCM) a entidade fundadora da FFCUL - a sua extinção;

5. O projeto de decisão, emitido pelo Secretário de Estado da Administração Pública, relativo à extinção da FFCUL foi recebido a 25 de Setembro de 2012 tendo sido contestado em sede de audiência prévia a **8 de outubro de 2012** pelo Conselho de Administração da FFCUL;
6. O Reitor da UL reiterou a necessidade de manutenção da FFCUL a **20 de dezembro de 2012**, aceitando todavia ponderar a adaptação da FFCUL às regras dos Institutos Públicos;

2013

7. A **11 de janeiro de 2013**, ainda sem decisão final do governo relativamente a extinção de várias das fundações, e por esta decisão afetar significativamente as adaptações necessárias à LQF, a PCM (Despacho 684/2013) prorrogou por seis meses a data a partir da qual esta lei prevaleceria sobre os estatutos vigentes das fundações, adiada assim para **13 de julho de 2013**;
8. Num tal contexto, considerou-se não se justificar iniciar a alteração dos procedimentos de gestão antes da decisão definitiva, pelos custos significativos em que a FFCUL iria incorrer e consequente risco de disrupções operacionais. No entanto, os procedimentos de gestão da FFCUL mantidos neste período de incerteza enquadraram-se indubitavelmente no **espírito da lei vigente** e nos **pressupostos de economia, eficiência e eficácia** e ainda de **transparência** exigidos à gestão pública;
9. Só a **8 de março de 2013** através da RCM 13-A/2013 se aceitou, com base na autonomia da UL, a manutenção da FFCUL, com as necessárias adequações ao disposto na LQF. As alterações de gestão começaram a preparar-se de imediato;
10. Os **Estatutos** foram revistos numa primeira reunião de Conselho Geral (CG) da FFCUL a 11 de abril de 2013, tendo sido posteriormente aprovados num segundo CG a **3 de junho de 2013** e remetidos à PCM para aprovação a 5 de junho de 2013.
11. A 25 de julho de 2013 tomou posse o primeiro reitor da nova Universidade de Lisboa (ULisboa), na sequência da fusão das anteriores Universidade de Lisboa e Universidade Técnica de Lisboa. Foram então aprovados os novos Estatutos da ULisboa e, na sequência, revistos os Estatutos da Faculdade de Ciências em Novembro de 2013.
12. Neste contexto, considerou-se necessário voltar a alterar os estatutos da FFCUL (aprovados a 3 de junho de 2013 e já enviados para reconhecimento pela PCM mas ainda sem resposta), face à decisão do Reitor da ULisboa, que considerou que a tutela da FFCUL deveria ser assumida pela Faculdade de Ciências, única entidade

instituidora da FFCUL. Foi assim aprovado em CG de **11 de dezembro de 2013**, e novamente enviado à PCM, um **aditamento à proposta de alteração de Estatutos**.

13. **Gestão de Pessoal:** a 22 abril de 2013 fora solicitado à Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (**DGAEP**) que se pronunciasse sobre o enquadramento e procedimentos na transição do regime jurídico dos funcionários da FFCUL. A DGAEP respondeu que da leitura da LQF decorria que só após adequação dos estatutos da FFCUL seria possível aplicar o regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas e que a LQF nada previa quanto à atribuição do vínculo de direito público aos atuais trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho (CT).
14. Com esta clarificação da DGAEP, ficou claro que o novo regime de pessoal apenas seria aplicável aos contratos celebrados após adequação dos estatutos à LQF. A FFCUL passou portanto a ter de aplicar **dois regimes em simultâneo**: o regime privado a todos os *atuais* funcionários da FFCUL e o regime público aos trabalhadores a admitir depois da adequação dos estatutos;
15. **Gestão financeira:** a 22 de abril de 2013, face ao enquadramento do referencial contabilístico aplicável às Fundações Públicas de Direito Privado, fora posto à consideração da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a possibilidade da FFCUL manter o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) das entidades do setor não lucrativo (ESNL) como referencial contabilístico. Em resposta, e 27 de maio de 2013, a CNC recomendou que esta pretensão fosse apresentada à PCM, mas manifestou desde logo a sua concordância em nome da racionalidade económico-financeira e da iminente criação um novo normativo contabilístico nacional para o setor público.
16. O pedido da FFCUL de **manutenção do SNC-ESNL** foi assim remetido à PCM a 5 de junho de 2013, por esta reenviado para a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) que concordou e fez seguir para o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, que também deu a sua concordância. A PCM deu a conhecer este parecer à FFCUL a **6 de março de 2014**, quase um ano depois do pedido inicial, em Abril de 2013;
17. **Orçamento de Estado:** a **16 de agosto de 2013** a FFCUL fora informada pela Direcção Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (DGPGF – MEC) que tinha sido considerada “Entidade Pública Reclassificada” (EPR), nos termos do anexo I da Circular, série A, n.º 1374 da Direcção-Geral do Orçamento (DGO). Neste contexto, a FFCUL elaborou e submeteu, a **6 de setembro de 2013** a sua primeira proposta de **Orçamento para 2014**, posteriormente oficializada no OE 2014, apesar de não receber quaisquer verbas públicas (a não ser através dos contratos de I&D em programas competitivos geridos por entidades públicas, como a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)).
18. Tendo em vista os reportes periódicos exigidos pela DGO para controle da execução orçamental, a FFCUL - por não ter tido de alterar o seu sistema contabilístico -

ajustou-se às novas exigências iniciando a implementação de um módulo de Gestão Orçamental (**GOA** – Gestão Orçamental Alvo) que funciona sobre a plataforma de sistema contabilístico ERP PRIMAVERA, e que permitirá automatizar o processo de controlo orçamental, compromisso e cálculo de fundos disponíveis, conciliando os dados contabilísticos com as necessidades de gestão de despesa e receita, inerentes ao reporte orçamental exigido. Esta implementação apenas estará totalmente operacional em julho de 2014.

O quadro de gestão em 2013 foi assim extraordinariamente complexo, não só em termos operacionais como em termos das expectativas dos colaboradores não bolseiros.

Relativamente ao financiamento da FCT, tradicionalmente maioritário na execução da FFCUL, e especificamente às transferências da FCT para a FFCUL, foi possível atingir uma estabilidade no reembolso dos reportes analisados, que passou a ser controlada mensalmente, por acordo mútuo entre as instituições. Esta regularização diminuiu parcialmente as dificuldades de gestão de tesouraria da FFCUL.

Não obstante, pelo facto do Programa de Financiamento de Projetos Nacionais com maior participação dos investigadores da FCUL ter aberto para todas as áreas científicas mas com restrições de financiamento e de elegibilidade dos investigadores responsáveis (Exploratório 2013), o número de candidaturas, projetos e financiamento diminuiu significativamente.

Adicionalmente, devido ao calendário de candidaturas, avaliação e atribuição dos financiamentos das Unidades de Investigação e Desenvolvimento (UI&D) - Projetos Estratégicos (PEst) - as UI&D viram-se confrontadas com a atribuição diferencial, e atrasada temporalmente, de financiamentos bi-anuais (2013-2014), para as UI&D com classificação *Excelente*, e anual para as demais (2013). Este atraso foi sentido quer na confirmação do valor atribuído para 2013, quer na disponibilização das ferramentas administrativas para reporte e reembolso da despesa executada (abertura do PEst no Portal da Ciência e Tecnologia – PCT). O valor definitivo atribuído a cada UI&D para execução em 2013 só foi confirmado em maio de 2013 e a inclusão na ferramenta de reporte (PCT) só ficou disponível em junho de 2013.

Apesar da impossibilidade de reporte e reembolso, o esforço e controle adicional de tesouraria pela FFCUL permitiram que as 28 UI&Ds executassem o primeiro semestre de 2013 sem interrupções. Só este esforço permitiu o cumprimento dos objetivos das UI&D e evitou a diminuição abrupta dos níveis de execução da FFCUL no domínio dos subsídios à exploração.

No seguimento de uma política de reforço à internacionalização do financiamento da atividade de I&D, foi intensificado o esforço para aumentar o número de candidaturas internacionais, nomeadamente no apoio à divulgação e participação do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação para o período 2014-2020 - Horizonte 2020 (H2020) – embora este só se possa traduzir em projetos novos em 2014 ou mesmo em 2015.

Assim, em termos operacionais, em 2013:

- A FFCUL apoiou os investigadores da sua comunidade científica, assegurando a gestão administrativa e financeira de 1534 Projetos com um movimento financeiro na ordem dos 11M€, num contexto económico-financeiro e legal dos mais complexos dos últimos anos, e com enorme impacto negativo na disponibilidade de tesouraria.
- Iniciaram-se 68 projetos com financiamento nacional num montante superior a 3M€ (-31% face a 2012). No mesmo período, foram submetidas 153 candidaturas nacionais (112 como entidade proponente) envolvendo 5,3 M€ diretamente para a FFCUL, um valor significativamente inferior ao de anos anteriores.
- No que se refere a projetos europeus, manteve-se o número de novos contratos, 16 (17 em 2012), com um financiamento de 3,2 M€. Por outro lado, foram apresentadas 34 candidaturas (6 como entidade proponente), envolvendo mais do que 12 M€ para a FFCUL.
- Na vertente de Investigação sob contrato, os rendimentos elevaram os níveis de execução relativamente a 2012, atingindo o valor de 2 M€, resultado de um aumento do número de novos contratos iniciados no ano (42 em 2013, face a 34 em 2012).
- Neste quadro, a FFCUL manteve as relações contratuais com 557 colaboradores, a esmagadora maioria dos quais (492) Bolseiros.

Em 2013, a FFCUL passou a estar sujeita à Lei-Quadro das Fundações, teve de se adaptar a fundação pública e consequentemente aos procedimentos do Código de Contratação Pública (CCP) e das regras do Orçamento de Estado. Tornou-se necessário clarificar as necessidades e funções existentes em cada núcleo da FFCUL e proceder a uma reestruturação de funções e procedimentos no Núcleo Financeiro.

Com esta adaptação pretendeu-se reduzir, tanto quanto possível, os atrasos na execução dos projetos e manter o mesmo nível de eficiência e profissionalismo tanto na interação com os investigadores como no reporte às entidades financiadoras de acordo com a legislação em vigor. Assim, para fazer face a todas as suas responsabilidades, a FFCUL contou em 2013 com 30 colaboradores, mais 3 do que em 2012, sem necessidade de reforço por trabalhadores avançados.

Ao nível dos resultados financeiros, destaca-se, relativamente a 2013:

- A FFCUL obteve rendimentos de 11.2M€, suportados em subsídios à exploração (8,1M€), prestação de serviços (2M€) e subsídios ao investimento (1,1M€). O resultado líquido do período foi de 425 k€, um aumento significativo em relação ao valor apurado no ano anterior, e que resulta da correção da provisão criada em 2012 por incerteza de elegibilidade de uma série de despesas reportadas à FCT nesse ano mas entretanto já consideradas elegíveis.

- A estrutura de gastos da FFCUL reflete bem a atividade desenvolvida no quadro da sua missão. Cerca de 87% dos gastos apurados em 2013 (11M€) correspondem diretamente às atividades de I&D realizadas. Os restantes 13% dividem-se entre os gastos da estrutura central (906k€) e outros gastos indiretos (803k€). Uma parte significativa destes últimos, corresponde ao pagamento à FCUL (500k€) e ICAT (81k€) de gastos em limpeza, segurança e energia.
- A exemplo de todo o seu passado, a FFCUL não incorreu em qualquer custo com os seus órgãos sociais.

Inclua-se ainda nesta Introdução matéria que não será ainda contemplada no relatório de 2013: em finais de Novembro de 2013, a Assembleia Geral do ICAT decidiu extinguir esta associação e integrá-la na FCUL, bem como saldar as dívidas do ICAT para com todos os credores não-institucionais (isto é, todos os reconhecidos pelo Tribunal do Comércio em 2007, com exceção da FCUL, FFCUL e IAPMEI).

Até ao encerramento deste Relatório, não estava ainda clara a forma como a dívida do ICAT poderia vir a ser saldada. Com efeito, a FCUL decidiu solicitar um visto prévio ao Tribunal de Contas que incluía também a assunção por si da dívida do ICAT para com a FFCUL. A vir a ser assim, e a seu tempo, será necessário clarificar a forma de regularização da dívida, sabendo-se que as transferências diretas da Faculdade para a FFCUL são objeto de escrutínio muito atento pelas entidades de fiscalização. Espera-se, todavia, que esta questão seja clarificada em 2014.

Também nos finais de novembro de 2013 o Tribunal de Contas iniciou uma auditoria à FCUL, com incidência no exercício de 2012, integrando uma auditoria financeira à FCUL e uma auditoria orientada às relações institucionais com a FFCUL, designadamente atividades realizadas direta ou indiretamente pela FCCUL para a FCUL e a disponibilização recíproca de recursos financeiros, humanos e/ou materiais. Neste âmbito a FFCUL foi chamada, já em janeiro de 2014, a preencher um questionário para caracterização das entidades participadas pela FCUL e posteriormente a receber os auditores para prestar esclarecimentos e fornecer documentação vária. Não foi ainda entregue à FCUL um relatório de auditoria final.

Refira-se, finalmente, que a constituição da nova Universidade de Lisboa em 2013 teve como consequência imediata, pelo Reitor, a clarificação inequívoca da FCUL como instituição de tutela da sua Fundação. Durante o ano de 2013 não houve qualquer decisão da Universidade que pudesse ter impacto na vida da FFCUL, estando a equipa reitoral empenhada na sobrevivência e desenvolvimento das entidades desta natureza.

1. Análise da Atividade da FFCUL em 2013

1.1 Evolução dos Projetos

Em 2013, foram apresentadas pela FFCUL 272 candidaturas (Tabela 1):

Tipo de Projecto	2010	2011	2012	2013					
				Total		Proponente		Participante	
				N	Valor	N	Valor	N	Valor
Unidades de I & D	28	28	0	28	1.991.126	24	1.794.417	4	196.708
Projectos Nacionais (PIN)	367	36	357	153	5.356.243	112	3.605.096	41	1.751.147
Projectos Europeus (PIE)	18	35	55	34	12.107.537	6	3.028.498	28	9.079.039
Investigação sob Contrato (IsC)	34	40	34	42	852.842	42	852.842	0	0
Conferência, Curso, Workshop	14	11	13	15	164.555	15	164.555	0	0
Total	461	150	459	272	20.472.303	199	9.445.409	73	11.026.894

Tabela 1 – Candidaturas submetidas em 2013

Análise:

- Na categoria de *Projectos Nacionais* o número de candidaturas diminuiu significativamente em relação ao ano anterior, muito por via da atual conjuntura económico-financeira do País. Os Programas de Financiamento com maior participação da comunidade científica foram o “Exploratório 2013”, “Harvard Medical School”, “CMU – Portugal”, “E-RARE – Diseases”, “E-RARE – JTC”, “Water JPI 2013”.
- No domínio dos *Projectos Europeus* verificou-se também uma diminuição significativa do número de candidaturas, destacando-se os programas do 7º PQ (*Cooperation, People, Ideas*), LIFE e Agência Espacial Europeia.

Em 2013 iniciaram-se 169 novos projetos (Tabela 2):

Tipo de Projecto	2010		2011		2012		2013	
	Q	€	Q	€	Q	€	Q	€
Unidades de I & D	28	3.285.255	28	6.679.703	0*	0*	28	1.991.126
Projectos Nacionais (PIN)	202	13.292.313	111	6.286.542	84	4.449.655	68	3.062.518
Projectos Europeus (PIE)	11	4.442.832	15	1.172.972	17	2.573.628	16	3.249.153
Investigação Sob Contrato (IsC)	34	2.059.512	40	1.006.376	34	1.087.518	42	852.842
Conferência, Curso, Workshop	14	185.089	11	45.878	13	248.880	15	164.555
Total	289	23.265.001	205	15.191.471	148	8.359.681	169	9.320.194

*financiamento 2011-2012 - 28 Unidades de Investigação - 6.679.703,00€

Tabela 2 – Projetos iniciados em 2013

Análise:

- Nas Unidades de I&D, verificou-se uma diminuição significativa no valor anual de financiamento (-1.348.725€).
- Houve uma diminuição significativa do número de projetos de investigação nacional (-19%). Nos 68 novos projetos iniciados em 2013, a FFCUL é *proponente* em 46 (2.606.758€) e *participante* em 22 (455.759€).
- O número de novos projetos de investigação europeus diminuiu (-6%); a FFCUL coordena 1 (118.000€) e é participante nos restantes 15 (3.131.152€).
- Destaca-se o aumento do número de novos projetos de Investigação sob contrato (+24%) e de Conferências e Cursos (+15%), embora o valor contratado tenha diminuído.

Em 2013 concluíram-se (material e financeiramente) 240 Projetos (Tabela 3), com maior destaque para projetos dos programas FP7, FACC, GRICES, Ciência Viva, PPCDT, PTDC, Incentivo 2013, HC2009 e UTAustin – Portugal Estratégico 2009:

<i>Tipo de Projecto</i>	2009	2010	2011	2012	2013
Unidades de I & D	20	0	1	0	37
Projectos Nacionais (PIN)	100	59	94	74	187
Projectos Europeus (PIE)	7	11	7	11	16
Investigação sob Contrato (IsC)	38	37	46	69	0
Conferência, Curso, Workshop	23	68	9	20	0
Total	188	175	157	174	240

Tabela 3 – Projetos concluídos em 2013

Reforçou-se o encerramento contabilístico² de Centros de Custo (CC) (Tabela 4):

<i>Tipo de Projecto</i>	2009	2010	2011	2012	2013
Unidades de I & D	0	9	78	0	1
Projectos Nacionais (PIN)	99	264	183	12	295
Projectos Europeus (PIE)	9	23	20	1	11
Investigação sob Contrato (IsC)	0	45	65	90	238
Conferência, Curso, Workshop	0	42	85	20	89
Total	108	383	431	123	634

Tabela 4 – Projetos encerrados contabilisticamente em 2013

² A **conclusão** da execução financeira e material de um projeto significa apenas o reporte de acordo com as regras da entidade financiadora. O **encerramento** de um projeto significa o fecho do centro de custo (CC) aberto no sistema de contabilidade espelhando os movimentos de receitas e despesas de acordo com as regras do SNC.

O encerramento de CC's manter-se-á como prioridade em 2014, apesar de se terem já encerrado desde 2009, 1679 projetos; todavia, o número total de projetos concluídos e ainda não encerrados contabilisticamente é ainda significativo, e o risco financeiro associado é ainda difícil de quantificar.

A Tabela 5 descreve a situação global da FFCUL em 2013 em termos do volume de projetos (na perspetiva dos CC's ativos):

<i>Tipo de Projecto</i>	<i>Activos</i>	<i>Concluídos</i>	<i>Encerrados</i>
Unidades de I & D	28	86	88
Projectos Nacionais (PIN)	209	298	853
Projectos Europeus (PIE)	43	52	64
Investigação sob Contrato (IsC)	155		438
Conferência, Curso, Workshop	29		236
Total (2013)	464	436	1679
Total (2012)	498	867	1045
Var Nr.	-34	-431	634
	Var %		61%

Tabela 5 – Gestão de projetos / Centros de Custo em 2013

1.2 Recursos Humanos

O volume de projetos em execução em 2013, bem como os montantes aprovados desde 2010, determina o número necessário de colaboradores da FFCUL, com vários tipos de vínculo: Contratos de Trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto), Bolseiros (de Investigação), Avençados e Prestadores de Serviços.

Os colaboradores da FFCUL distribuem-se por 3 principais grupos beneficiários:

- FFCUL - Equipa Administrativa e Técnica (códigos 11-12 da Tabela 6)
- Unidades do sistema de I&D - UI&D, PIN, PIE e IsC (códigos 21-24 da Tabela 6)
- Outras Entidades Externas ao sistema FCUL (código 32 da Tabela 6)

<i>Código</i>	<i>Tipos de Contrato</i>	<i>Q</i>	<i>Q (%)</i>	<i>€</i>	<i>€ (%)</i>
11	FFCUL. Contratos de trabalho sem termo	26	4,7%	591.656,38	12,9%
12	FFCUL. Contratos de trabalho a termo certo	4	0,7%	30.075,84	0,7%
21	Unidades de I&D. Contratos de trabalho sem termo	9	1,6%	253.011,80	5,5%
22	Unidades de I&D. Contratos de trabalho a termo certo	17	3,1%	462.209,00	10,1%
23	Unidades de I&D. Contratos de trabalho a termo incerto	6	1,1%	170.140,11	3,7%
25	Unidades de I&D. Bolsas de Investigação	492	88,3%	3.063.498,39	66,8%
24	Unidades de I&D. Contratos de avença ou de prestação de serviços	3	0,5%	12.774,96	0,3%
32	Outras entidades. Contratos de trabalho a termo certo	0	0,0%	0,00	0,0%
	TOTAL	557	100,0%	4.583.366,49	100,0%

Tabela 6 – Distribuição e encargos dos colaboradores da FFCUL por tipo de ligação contratual

A Figura 7 e a Figura 8, bem como a Figura 1, a Figura 2 e a Figura 3, sintetizam informação relevante adicional relativa a recursos humanos em 2013.

Tipo de Projecto	Q					€
	Contrato sem termo	Contrato a termo certo	Contrato a termo incerto	Contrato de Avença/PS	Bolsas de Investigação	
FFCUL	26	4	0	0	0	621.732,22
Unidades de I & D	9	6	0	3	37	473.731,87
Projectos Nacionais (PIN)	0	2	0	0	286	1.848.670,47
Projectos Europeus (PIE)	0	7	5	0	49	729.632,96
Investigação Sob Contrato (Isc)	0	2	1	0	120	909.598,96
TOTAL	35	21	6	3	492	4.583.366,49

Tabela 7 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por beneficiário e tipo de ligação contratual

Tipo de Projecto	Q						€
	Direção	Coordenação de Programas	Gestão de Projectos	Administração & Gestão	Actividades técnicas, de engenharia, de suporte	Investigação	
FFCUL	2	4	11	13	0	0	621.732,22
Unidades de I & D	0	0	0	16	0	39	473.731,87
Projectos Nacionais (PIN)	0	0	0	0	0	288	1.848.670,47
Projectos Europeus (PIE)	0	0	0	0	0	61	729.632,96
Investigação Sob Contrato (Isc)	0	0	0	1	0	122	909.598,96
TOTAL	2	4	11	30	0	510	4.583.366,49

Tabela 8 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por beneficiário e função

Na Figura 1, distribuem-se os colaboradores em função dos grupos beneficiários:

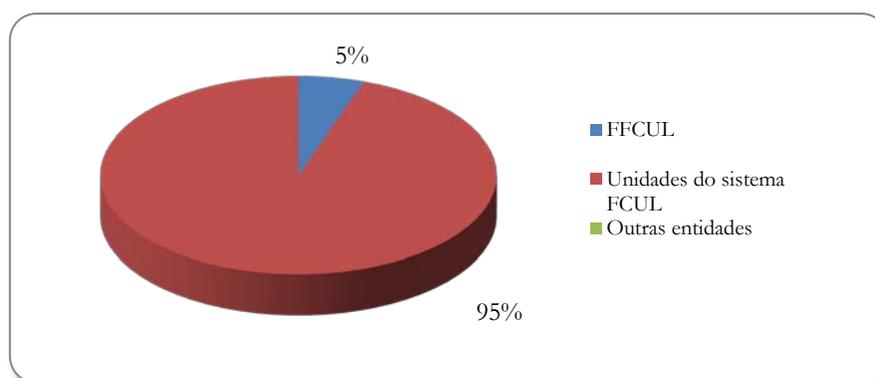


Figura 1 - Principais grupos beneficiários dos colaboradores da FFCUL

Na Figura 2, distribuem-se os colaboradores em função da natureza do regime contratual:

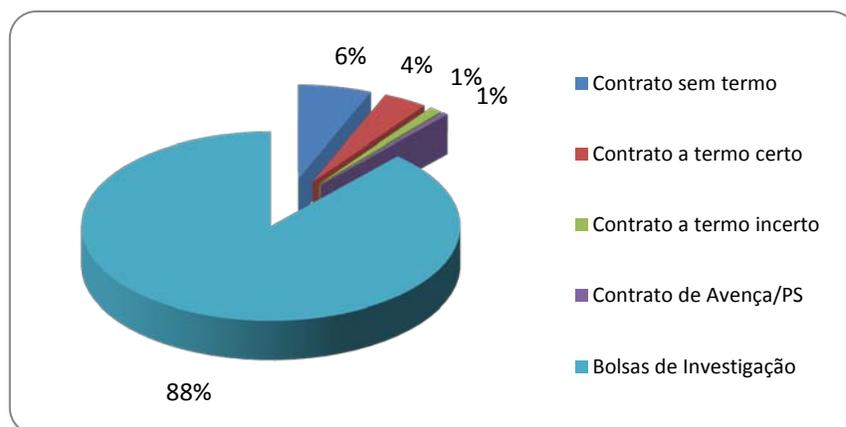


Figura 2 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por tipo de ligação contratual

Na Figura 3, distribuem-se os colaboradores em função da natureza das funções exercidas:

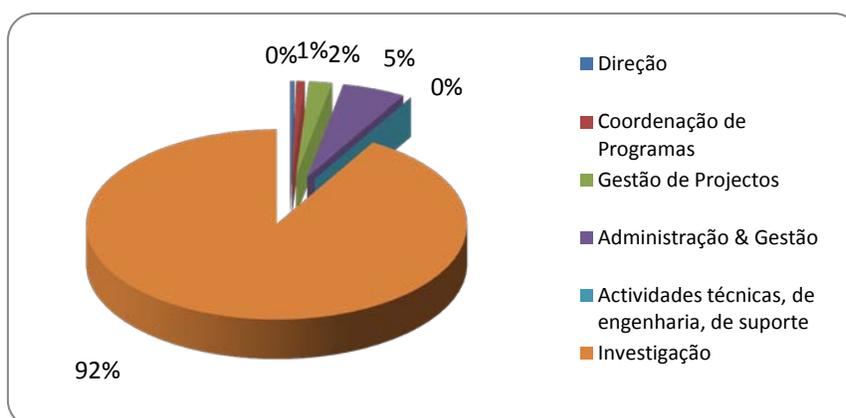


Figura 3 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por tipo de beneficiário

Os Bolseiros (código 25 na Tabela 6 constituem o grupo mais significativo. Em 2013 o seu custo manteve-se idêntico ao do ano anterior, ultrapassando os 3 M€. O seu financiamento foi assegurado por:

- Unidades de I&D – 129.481€ (4%)
- Projetos de Investigação Nacional - 1.740.069€ (57%)
- Projetos de Investigação Europeus - 360.225€ (12%)
- Investigação sob Contrato - 833.723€ (27%)

A distribuição dos Bolséis está representada na Figura 4:

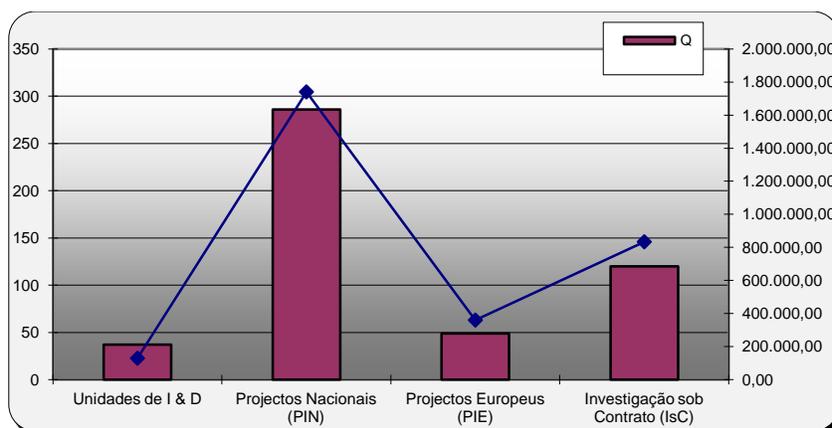


Figura 4 – Distribuição dos Bolséis por tipo de projeto financiador

1.3 Estrutura da FFCUL

A Tabela 9 descreve a evolução do número de colaboradores da estrutura central da FFCUL:

	2009	2010	2011	2012	2013
Efectivos	8	11	16	19	26
Contratados	9	10	8	8	4
Prestação de Serviços	13	16	13	0	0
TOTAL	30	37	37	27	30

Tabela 9 – Evolução do número de colaboradores da estrutura central da FFCUL

A Tabela 10 descreve a evolução dos gastos de estrutura da FFCUL³:

Rubrica	2010	2011	2012	2013
Recursos Humanos	383.759,24	457.708,91	514.250,96	632.376,62
Aquisição de Serviços	216.334,43	196.628,25	160.116,80	192.032,59
Outras Despesas Correntes	22.754,37	28.972,24	16.119,62	50.580,19
Equipamento	10.098,15	21.768,70	21.900,40	31.685,88
Total	632.946,19	705.078,10	712.387,78	906.675,28

Tabela 10 – Evolução dos gastos de estrutura da FFCUL (em €)

³ Os valores relativos são extraídos, como sempre, da tabela de Estrutura de Gastos e Rendimentos (Tabela 19, secção 2.3 deste relatório de 2013, e secções correspondentes nos relatórios de anos anteriores).

Análise:

- Os **Recursos Humanos** constituem a rubrica de maior peso e abrange o grupo de 30 funcionários da estrutura; o seu peso aumentou em 2013, fruto da adequação à tabela salarial da função pública e da contratação de 3 novos colaboradores para o Núcleo Financeiro para fazer face às exigências do novo enquadramento legislativo da FFCUL, a saber: a implementação do Código de Contratação Pública (CCP), resultado da transição da FFCUL, como Fundação Privada, para Fundação Pública de Direito Privado, imposta pela tutela, ao abrigo da nova Lei-Quadro das Fundações (Lei 24/2012 de 09-07-2012);
- Tal como no passado, as despesas com **Aquisição de Serviços** incidem sobre os serviços de contabilidade e recursos humanos, auditoria, aconselhamento jurídico, apoio técnico informático, higiene e medicina no trabalho. O seu aumento relativamente a 2012 decorre da adjudicação à empresa de suporte informático do sistema de contabilidade “Primavera”, Alvo, do novo módulo de Gestão Orçamental e Contratação Pública, na sequência de reestruturação financeira da FFCUL, por via da transição para Fundação Pública de Direito Privado.
- Em **Outras Despesas Correntes** contemplam-se as despesas com material de escritório, serviço de estafeta e comunicações, deslocações e formação e obras. O seu aumento resultou: i) da reestruturação do espaço físico dos Núcleos Financeiro e de Projetos Nacionais que necessitavam de obras urgentes devido à degradação do piso e adequação do espaço de atendimento ao público; ii) do aumento das despesas não elegíveis nos projetos europeus (e.g. IVA); iii) do peso acrescido com deslocações de representação em reuniões de encerramento de projetos europeus; iv) de valores de risco de projeto resultantes da reconciliação de contas com fornecedores, nomeadamente a VWR.
- Finalmente, a rubrica de **Equipamento** refere-se a equipamento informático e software (plataforma de compras públicas), aparelhos de ar condicionado, impressora/fotocopiadora e mobiliário de escritório utilizado na reestruturação do espaço físico do Núcleo Financeiro e no aumento do espaço do arquivo morto.

1.4 Indicadores de gestão da FFCUL

1.4.1 Fluxos de Pedidos de Pagamento

Um dos mais importantes indicadores de gestão da atividade específica da FFCUL é o seu fluxo de pedidos de pagamento (PP). A produção de PP's obriga à integração da informação negociada em fase de candidatura, da execução financeira e material e da consolidação entre o sistema de informação e o sistema contabilístico. Já em 2011, com a alteração das Normas de Execução Financeira e contenção orçamental nacional, tinha ocorrido um aumento substancial do trabalho administrativo dos Projetos da FCT, que se manteve em 2012 e 2013.

No ano de 2013 houve uma ligeira diminuição do número de PP's (-7%), acompanhado de um ligeiro aumento da despesa reportada (+1%) em relação ao ano de 2012 (Tabela 11):

Entidade	Valor			Q		
	2012	2013	Var %	2012	2013	Var %
FFCUL (promotora)	7.790.306	7.477.895	-4%	863	744	-14%
Outras Entidades (parceiras)	935.122	1.396.502	49%	277	384	39%
FFCUL (parceira)	1.148.038	1.076.772	-6%	334	250	-25%
Total	9.873.466	9.951.169	1%	1474	1378	-7%

Tabela 11 – Despesa Reportada através de PP's em 2012 e 2013

Este volume do número de PP's está diretamente relacionado com o novo método de financiamento dos Projetos da FCT, que permite reembolsos reduzidos (despesa correspondente a 10% do valor orçamentado). Este método é drasticamente mais burocrático, moroso e dispendioso, provocando um aumento do trabalho administrativo e dificuldades acrescidas à disponibilidade de tesouraria.

No entanto, devido aos contactos estabelecidos entre a Administração da FFCUL e a Direção da FCT, os fluxos financeiros de reembolso de PP's tornaram-se razoavelmente constantes, permitindo aumentar a disponibilidade de tesouraria, em comparação com anos anteriores.

1.4.2 Encerramento contabilístico

O número de CC's encerrados contabilisticamente constitui um indicador muito relevante para a atividade da FFCUL. Este processo foi iniciado no 2º Semestre de 2009 (Figura 5):

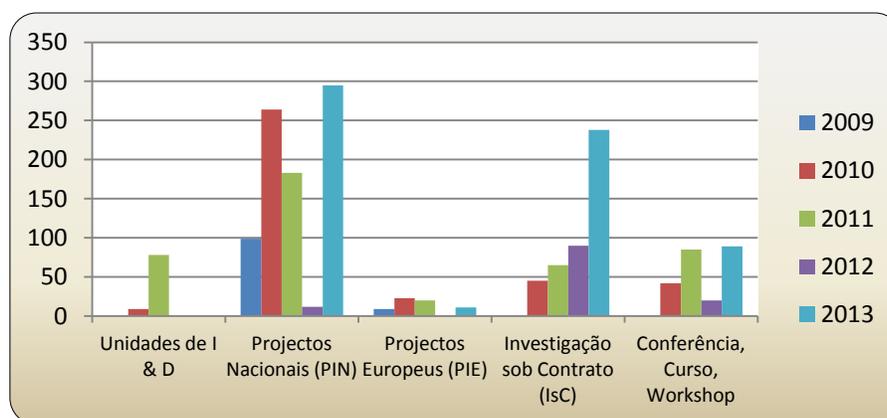


Figura 5 – Evolução do número de CC's encerrados contabilisticamente

Este número aumentou significativamente de 1045 em 2012 para 1679 (+61%) em 2013.

1.5 Atividades dos núcleos operacionais da FFCUL

1.5.1 Atividades comuns

As atividades transversais a todos os núcleos da FFCUL restringiram-se em 2013 aos contributos para alimentar o sistema LOGOS / FUNDUS com informação relativa aos projetos de todos os tipos, e à utilização operacional do sistema LOGOS / CENSUS para gerir a informação relativa a todos os bolsiros e demais contratados da FFCUL.

1.5.2 Núcleo de Projetos internacionais

Dado que deve ser mantido e reforçado qualitativamente o esforço com a adoção de medidas de apoio adequadas à internacionalização do financiamento da atividade de I&D, foi feito um esforço significativo para aumentar o número de candidaturas internacionais, nomeadamente ao Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação para o período 2014-2020 - Horizonte 2020 (H2020) – embora este só se possa traduzir em projetos novos em 2014 ou 2015.

Em 2013, a equipa do Núcleo de Projetos Internacionais foi reforçada com 2 elementos: i) a manutenção, após o regresso da Coordenadora da sua licença de maternidade, da contratação feita para sua substituição; ii) a transferência interna de outra colaboradora.

Em finais de 2013, o núcleo é assim composto por 4 elementos.

Este reforço era necessário face a: i) número de projetos já aprovados; ii) o crescente apoio prestado à preparação de candidaturas; iii) a diversificação de programas de financiamento; e iv) as crescentes necessidades de gestão internas.

A atividade deste Núcleo manteve o apoio e preparação de candidaturas ao 7º Programa-Quadro (7ª PQ) e outros Programas Internacionais (ex. LIFE, ESA), bem como a gestão financeira necessária à boa execução dos projetos. Com 85 projetos ativos, dos quais 5 coordenações, verificou-se um aumento de reportes financeiros às entidades financiadoras com prazos muitas vezes coincidentes.

Em 2013 foram apresentadas e acompanhadas, a nível administrativo e financeiro, 34 candidaturas ao 7º Programa-Quadro e outros Programas Internacionais (Tabela 12):

Programa	Tema	Candidaturas	Nº Coordenador / Nº Participante	Total orçamentado	
COOPERATION	KBBE	2	0/2	5.194.554,00 €	
	NMP	1	0/1		
	SSH	1	0/1		
	ICT	11	4/7		
7º PQ	CIG	1	0/1	1.286.010,00 €	
	IOF	1	0/1		
	PEOPLE	IIF	1		0/1
		IEF	6		0/6
	IRSES	1	0/1		
IDEAS	ERC	3	1/2	5.150.855,82 €	
LIFE	LIFE	1	0/1	111.160,00 €	
Agência Espacial Europeia	ESA	3	0/3	170.880,69 €	
Outros financiamentos	Outros	2	1/1	194.076,43 €	
Total		34	6/28	12.107.536,94 €	

Tabela 12 – Nº de candidaturas apresentadas em 2013 por programa e tema

Os projetos do 7º PQ foram dominantes: 28 (4 das quais com Coordenação desta Fundação). Os programas mais utilizados foram: Cooperação (tema *Information and Communication Technologies* - ICT) e Pessoas (Ações *Marie Curie*).

Das 34 candidaturas apresentadas em 2013, 5 foram aprovadas (4 referentes ao 7º PQ).

Tal como em anos anteriores, durante o processo de candidaturas foram mantidos e usados intensamente os canais de colaboração com o Gabinete de Promoção do 7º Programa-Quadro (GPPQ), no sentido de obter apoio na preparação das candidaturas.

Em 2013 tiveram início 16 novos Projetos Internacionais, 12 dos quais financiados pelo 7º PQ (sobretudo no âmbito do tema Ambiente).

Este Núcleo apoiou ainda os processos de negociação dos projetos 7º PQ aprovados, nomeadamente no que respeita à questão da inserção da FCUL enquanto *'3rd party'* da FFCUL, à revisão dos contratos de consórcio (*Consortium Agreement*) e ao acompanhamento do processo de inserção dos dados da instituição na plataforma 'online' da Comissão Europeia (*Participant Portal*).

Foi ainda necessário acompanhar o processo de reporte e de comunicações com os parceiros e participar nas várias reuniões (no país e no estrangeiro) realizadas no âmbito das Coordenações dos 2 projetos do Programa Cooperação, *CIRCLE-2 - Climate Impact Research and Response Coordination for a Larger Europe* (GA 249685) e *KARYON - Kernel-based ARchitecture for safetY-critical cONtrol* (GA 288195)

Para além disto, a atividade deste Núcleo centrou-se no processo de preparação e acompanhamento da auditoria solicitada pela União Europeia e realizada a três projetos do 7º PQ (EPIWORK, ACCESSIBLE e HIVE). No decurso da auditoria, não foram detetados quaisquer alterações a imputar aos projetos. Os relatórios, na opinião dos auditores, refletem de forma adequada os custos elegíveis. Os auditores concluíram, assim, que a

gestão financeira dos projetos decorreu de forma aceitável e de acordo com os requisitos dos contratos dos projetos.

O apoio e negociação de uma Ação COST (COST TD 1301), marcou também o ano de 2013.

1.5.3 Núcleo de Projetos Nacionais

O Núcleo de Projetos Nacionais (NPN) da FFCUL desenvolveu, em estreita colaboração com a FCT, a sua principal atividade de acompanhamento administrativo e execução financeira de projetos de I&D.

No “Portal de Ciência e Tecnologia” foram submetidos 994 PP's de despesa executada pela FFCUL e reencaminhados para a FCT 384 PP's elaborados por instituições parceiras, num total de 1378 PP's, números muito próximos do ano anterior (1197 FFCUL / 277 parceiros / 1474 total), repartidos por diversos Programas de financiamento onde se incluem os Projetos Estratégicos (PEst) da UI&D.

Em 2013, fruto dos contactos estabelecidos entre a Administração da FFCUL e a Direção da FCT, os fluxos financeiros de reembolso de PPs tornaram-se razoavelmente constantes, resultado de um ritmo estável de despesa reportada *versus* despesa validada, o que permitiu ter um ciclo equilibrado de reporte e reembolso financeiro.

O ano de 2013 marcou igualmente a conclusão de 131 projetos dos Concursos de 2006, 2008 e 2009. Algum equilíbrio foi obtido com o início de 39 projetos aprovados no concurso de 2012.

Dando continuidade à estratégia de abertura anual de Concursos para atribuição de financiamento de projetos, a FCT abriu novo concurso de Projetos Exploratórios de IC&DT em todos os Domínios Científicos para projetos com a duração de um ano e coordenados por Investigadores com grau de Doutor obtido entre 2003 e 2009 e com 50 K € de valor máximo de financiamento. Houve 126 candidaturas (93 enquanto entidade proponente e 33 enquanto entidade participante), número e valor significativamente abaixo dos de anos anteriores.

Após divulgação do resultado deste concurso, comunicado oficialmente pela FCT em Dezembro de 2013, a FFCUL celebrou 17 novos contratos (12 como proponente / 5 como participante) com efeitos apenas em 2014.

A diminuição dos números de candidaturas e de projetos aprovados, redirecionou os Investigadores para outras fontes de financiamento, incluindo na própria FCT, com a abertura de concursos no âmbito de Programas já anteriormente existentes ou de outros novos, aos quais a FFCUL também apresentou candidaturas:

- Concurso para Financiamento de Iniciativas Empreendedoras de Investigação no âmbito do Programa CMU-Portugal – 2 candidaturas
- Concurso de Projetos de Investigação Clínica e de Translação – 3 candidaturas

- Concurso para Projetos Exploratórios do Programa Carnegie Mellon Portugal – 2013 – 1 candidatura

A maior novidade é o incremento das candidaturas a projetos de Cooperação Transnacional em Programas temáticos como:

- BIODIVERSA
- ERA-Net E-Rare-2
- Water JPI

O calendário de candidaturas, avaliação e atribuição dos PEst pela FCT foi perturbador da execução das UI&D que se viram confrontadas com atrasos na confirmação de valor atribuído para 2013 e na disponibilização das ferramentas administrativas para reporte e reembolso de despesa executada (abertura dos PEst no PCT). Assim:

- Em setembro de 2012 a FCT informou as Unidades de I&D e Laboratórios Associados, incluindo aos classificados como Excelente, que poderia ser submetido um pedido de prorrogação do PEst 2011-2012, até ao limite de 12 meses, devendo as UI&D indicar o valor a transitar, duração e justificação da prorrogação;
- Em novembro de 2012 foi comunicado pela FCT o montante provisório a atribuir a cada UI&D para o ano de 2013;
- Em maio de 2013 foi comunicado às UI&D com classificação de Excelente que o seu financiamento para 2013 não seria concedido sob a forma de uma prorrogação e reforço do PEst 2011-2012 mas sim através de uma nova candidatura para o período 2013-2014;
- Em julho de 2013 foram assinadas as Adendas ao Termo de Aceitação (TA) e homologados os financiamentos da reprogramação para o período 2011-2013 e assinados nos TA para os PEst 2013-2014;
- A submissão de despesas de 2013 no PCT no âmbito dos PEst só ficou disponível após esta data.
- Apesar da impossibilidade de reporte e reembolso, o esforço e controle adicional de tesouraria pela FFCUL permitiram que as suas 28 UI&Ds executassem o primeiro semestre de 2013 sem interrupções. Só este esforço permitiu o cumprimento dos objetivos das UI&D e impediu a diminuição abrupta dos níveis de execução da FFCUL dos subsídios concursais à exploração.

Durante 2013 foi também iniciado o exercício de avaliação de todas as UI&D do sistema FCT para inclusão no próximo período de financiamento que ocorrerá entre 2015 e 2020. Foram propostas alterações, fusões e extinções de UI&D prevendo-se uma alteração substancial do panorama atual das UI&D FCT em 2015.

Para além da FCT, a Fundação Calouste Gulbenkian (programa Estímulo e outros apoios específicos) e a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (com o Programa “Ciência Viva – no Verão / no Laboratório”) foram as entidades que financiaram a atividade científica gerida por este núcleo.

A busca de novos financiamentos começou a revelar-se produtiva com apoios concedidos pela “Gilead Sciences, Lda.”

O acompanhamento administrativo e financeiro de apoio aos Investigadores na execução de cada projeto é competência de cada gestor deste núcleo, que de forma gradual se adaptaram a novas normas e procedimentos de funcionamento na sequência da alteração do estatuto jurídico da instituição.

1.5.4 Núcleo de Prestação de Serviços

Em 2013, as linhas de ação deste núcleo foram alvo de alterações, em resultado dos diversos desafios colocados, quer pelas expectativas demonstradas pelos Investigadores, quer pela convicção de que era necessário ampliar e divulgar junto do tecido industrial e empresarial os serviços prestados pela FFCUL, no que diz respeito à Investigação sob Contrato.

Neste contexto, e para promover as competências científicas dos Investigadores, foi elaborada com a FCUL e apresentada pela ULisboa, uma candidatura ao prémio promovido pela COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação, denominado “Casos Exemplares de Cooperação Universidade Empresa”, que pretendia *“premiar sobretudo a(s) relação(ões) Universidade-Empresa que tenha(m) sido prosseguida(s) de forma continuada ao longo do tempo, dando lugar a uma relação prolongada, em benefício de ambas as partes, com uma natureza predominantemente qualitativa, ainda que os seus frutos só sejam demonstráveis por múltiplos indicadores de índole quantitativa”*.

A candidatura foi constituída por 8 projetos em diferentes áreas de Investigação, tais como o Ambiente, Geologia, Geofísica e Engenharia Ótica. Não obstante não ter sido a candidatura vencedora, este desafio permitiu, não só conhecer melhor a realidade de outras Universidades, bem como o que é considerado expectável pelas empresas e indústria, relativamente à Investigação desenvolvida.

O apoio e atualização dos serviços prestados aos Investigadores, é um dos objetivos deste Núcleo. Assim, em resultado da evolução das exigências dos compromissos assumidos ao nível contratual e científico, em simultâneo com a gestão financeira, foi necessário adquirir competências nas seguintes áreas:

- Propriedade Industrial: participação em sessões de formação e frequência de um curso geral de Propriedade Industrial, ministrados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- Tesouraria e faturação: frequência do *workshop* “Recuperação de incobráveis: medidas extra-judiciais”.

No decorrer do ano de 2013 foram abertos 57 novos CC's:

- 38 Projetos de Investigação sob Contrato, tendo-se verificado um aumento relativamente ao ano anterior. A tipologia das Entidades Contratantes manteve-se,

essencialmente, de carácter privado, sendo o montante total contratado de 791.825,29€;

- 15 Conferências/Cursos/Workshops;
- Abertura de projetos das unidades ou de investigadores no âmbito do encerramento de centros de custo e consequente consolidação de saldos.

Foram encerrados 107 projetos.

Em 2013 a FFCUL organizou 33 eventos científicos, cujos resultados se sintetizam na Tabela 13:

Nº Workshops	4	Inscrições	26.832,15€
Nº Cursos	23	Inscrições	39.423,50€
Nº Conferências	6	Inscrições	101.804,98€
Total eventos:	33	Total inscrições:	168.060,63€
Patrocínios (c/IVA)			3.826,33€
Donativos			51.150,00€
Apoios isentos de GG (ex: FACC)			10.881,92€
		Total recebido eventos	233.918,88€

Tabela 13 – Nº de candidaturas apresentadas em 2013 por programa e tema

Num contexto de mudança e melhoria contínua, foram disponibilizados aos Investigadores, sem custo adicional, o serviço de emissão de certificados de presença/participação nos diferentes eventos, bem como o acompanhamento presencial, através da Gestora do projeto, num dos dias de realização do evento, para questões relacionadas com a faturação / inscrição no evento.

No que diz respeito à recuperação de dívidas decorrentes de faturas emitidas em anos anteriores, garantiu-se a cobrança de 498.241,87€.

A faturação do período foi de 1.642.649,41€, com um valor recebido de 1.180.397,13€.

1.5.5 Núcleo Financeiro

Com a implementação do Código de Contratação Pública (CCP), resultado da transição da FFCUL, como Fundação Privada, para Fundação Pública de Direito Privado, imposta pela tutela, ao abrigo da nova Lei-Quadro das Fundações (Lei 24/2012 de 09-07-2012), o Núcleo Financeiro viu-se obrigado a adaptar os seus recursos humanos, software e espaço físico.

Nesse sentido foi criado um grupo de Aprovisionamento, constituído por duas colaboradoras, para acompanhamento das requisições e aplicação do Código de Contratação Pública.

Ao mesmo tempo foi adjudicado à empresa de suporte informático do sistema de contabilidade “Primavera”, Alvo, um novo módulo de Gestão Orçamental e Contratação Pública (GOA), na sequência de reestruturação financeira da FFCUL, por via da sua reclassificação como Fundação Pública de Direito Privado.

Manteve-se a apresentação mensal dos mapas de gestão de tesouraria e da relação FFCUL-FCT à Administração, o controlo dos procedimentos da Contabilidade, a elaboração de todos os contratos de Recursos Humanos (funcionários, bolseiros, avençados) e a emissão da faturação.

Destacam-se os seguintes indicadores relativos a 2013:

- A faturação foi de 1.642.649,31€ (correspondente a emissão de 314 faturas); o prazo médio de recebimentos diminuiu para 78 dias;
- Entraram em tesouraria 14.001.295€ (referente a subsídios e faturação), registando-se um aumento de 9% em relação ao ano anterior;
- Efetuaram-se 4269 requisições internas a fornecedores, no valor total de 3.797.114€ (em média, 356 requisições mensais, com valor médio mensal de 316.426€);
- O movimento de tesouraria manteve-se ao mesmo nível do ano anterior. Deste modo, o prazo limite para reembolso aos Investigadores manteve-se em mês e meio; os pagamentos a fornecedores, efetuaram-se, em média, a 90 dias.
- Movimentaram-se cerca de 13.014.483€ em pagamentos a fornecedores, transferências para parceiros, reembolsos a investigadores e pagamento de vencimentos e bolsas (-2%) face a 2012.

1.6 Relacionamento com a FCT

Com o novo método de financiamento implementado pela FCT em 2011, o período de reembolso de PP's aumentou muito, tornando muito frágil a tesouraria da FFCUL, com particular impacto em 2012. Nestes termos, a FFCUL fez um esforço significativo para produzir mensalmente uma tabela resumo do seu relacionamento financeiro com a FCT, que pudesse utilizar nos muitos contactos que manteve com esta agência.

Em 2013, as boas relações estabelecidas entre a Administração da FFCUL e a Direção da FCT, foram instrumentais para que os fluxos financeiros de reembolso de PPs fossem razoavelmente constantes, resultado de um ritmo estável de despesa reportada *versus* despesa validada.

Embora os valores gerados pela FFCUL nunca coincidam com os valores correspondentes gerados pela própria FCT, a experiência de 2012 e 2013 mostrou que os diversos indicadores se relacionavam facilmente, traduzindo a mesma realidade financeira.

A Tabela 14, Figura 6 e a Figura 7 permitem avaliar a situação em 2013. Estes dados são atualizados mensalmente à medida que a FCT vai regularizando situações de meses anteriores.

RELAÇÃO FFCUL - FCT

Indicadores de gestão corrente (atualizados ao último dia do mês)

n		2012	2013	2013													
		TOTALS	TOTALS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
1.0	BOLAS																
1.1	Nº de bolas integradas em projectos FCT activos no mês			102	109	209	196	109	199	197	144	141	155	141	142		
1.2	Valor total mensal de bolas activas	2.099.064	1.865.119	164.799	199.202	180.155	180.064	179.091	177.472	159.593	189.209	182.608	145.930	189.808	182.288		
2.0	PROJECTOS e PP																
2.1	Nº de projectos em execução			299	296	297	296	295	280	284	245	245	212	209	208		
2.1.1	Concursos de 2006			192	190	190	124	112	89	59	40	40	16	19	10		
2.1.2	Concursos de 2009			79	79	79	79	79	79	79	79	79	64	64	64		
2.1.3	Concursos de 2010			65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65		
2.1.4	Concursos de 2011					1	6	17	25	39	39	39	39	39	39		
2.1.5	Concursos de 2012																
2.1.6	Unidades de I&D / Projectos Estratégicos			20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20		
2.2	Nº de PP emitidos no mês	1.120	950	74	95	98	49	79	64	58	26	119	119	92	91		
2.2.1	Concursos de 2006	87	19	6	1	4	1	1	1	1							
2.2.2	Concursos de 2009	466	247	16	19	19	12	16	17	14	7	84	85	29	31		
2.2.3	Concursos de 2010	180	96	5	9	11	4	19	9	5	2	9	16	9	5		
2.2.4	Concursos de 2011	264	96	5	5	0	9	6	9	9	2	10	14	10	9		
2.2.5	Concursos de 2012																
2.2.6	Unidades de I&D / Projectos Estratégicos	199	86	12	15	14	5	10	2	4	2	5	9	7	4		
2.2.7	Gestor Geral	7.999	7.999	90	47	49	29	94	26	24	18	49	55	98	90		
2.3	Valor dos PP emitidos no mês (€)	9.099.499	6.990.044	977.114	1.027.940	1.220.496	499.840	519.846	311.499	297.996	177.997	1.010.940	1.179.294	969.014	927.909		
2.3.1	Concursos de 2006	210.216	70.976	20.961	29.579	16.559	9.930										
2.3.2	Concursos de 2009	1.999.439	1.695.516	142.440	199.708	242.041	91.115	91.149	70.714	79.906	26.121	9.12.970	240.460	9.19.599	67.954		
2.3.3	Concursos de 2010	9.240.372	616.499	84.159	16.959	99.947	42.909	92.297	82.599	19.747	11.099	96.259	144.991	42.997	92.009		
2.3.4	Concursos de 2011	1.406.681	597.797	69.808	41.992	22.049	14.997	27.496	90.029	91.641	29.967	99.197	69.771	94.699	79.594		
2.3.5	Concursos de 2012			14.992													
2.3.6	Unidades de I&D / Projectos Estratégicos	2.894.209	1.899.690	90.440	940.900	994.966	46.140	29.690	7.454	22.699	27.967	99.799	144.601	61.692	142.992		
2.3.7	Gestor Geral	10.999.999	1.794.862	19.999	199.299	299.911	96.929	102.222	46.494	64.741	99.690	204.492	272.999	196.609	79.179		
2.4	Valor justificado por bases nos PPs emitidos no mês	489.909	1.999.546	119.212	182.466	229.688	174.411	160.018	124.212	144.644	27.989	244.924	292.491	199.627	109.078		
2.5	Valor dos PPs por analisar, no mês, pela FCT ¹ - FFCUL Proponente		877.612		5.765	90.476		19.115		8.296	20.209	87.722	190.690	166.972	966.177		
2.6	Valor dos PPs por analisar, no mês, pela FCT ¹ - FFCUL Participante		299.299	1.590	10.169	56.17	46.956	7.010	21.691	4.119	1.972	91.199	41.092	71.976	95.109		
2.7	Despesa total já comprometida mas ainda não paga aos fornecedores		799.449										80.000	60.640	99.802		
2.8	Despesa acumulada paga aos fornecedores, não reportada à FCT		1.976.464												1.976.464		
2.9	Despesa já validada pela FCT, ainda não reembolsada - FFCUL Proponente	46.996	941.909	19.195	19.277	19.959		21.964	9.946	90.046	202.50	203.49	49.491	111.129	92.521		
2.10	Despesa já validada pela FCT, ainda não reembolsada - FFCUL Participante	99.907	219.274	14.725	99.905	991	26.791	12.967	15.607	21.299	4.755	95.709	24.620	19.992			
3.0	TRANSFERÊNCIAS (isto valor no mês)	7.109.990	8.101.394	691.997	397.771	806.999	997.006	929.849	1.194.299	916.492	427.702	990.479	729.925	996.611	1.024.945		
3.1	FCT → FFCUL	6.990.297	7.947.924	921.914	476.964	729.925	494.990	924.599	1.199.494	969.297	964.595	499.996	699.909	910.296	999.104		
3.2	FCT → Parceiros → FFCUL	999.999	973.949	119.971	99.071	96.079	62.129	97.902	10.979	94.217	69.197	97.196	49.515	96.919	199.240		
3.3	FFCUL → Parceiros	847.729	719.092	6.209	111.694	2.940		99.859	9.574	99.052		146.119			12.999		

Tabela 14 – Relacionamento financeiro entre a FFCUL e a FCT em 2013

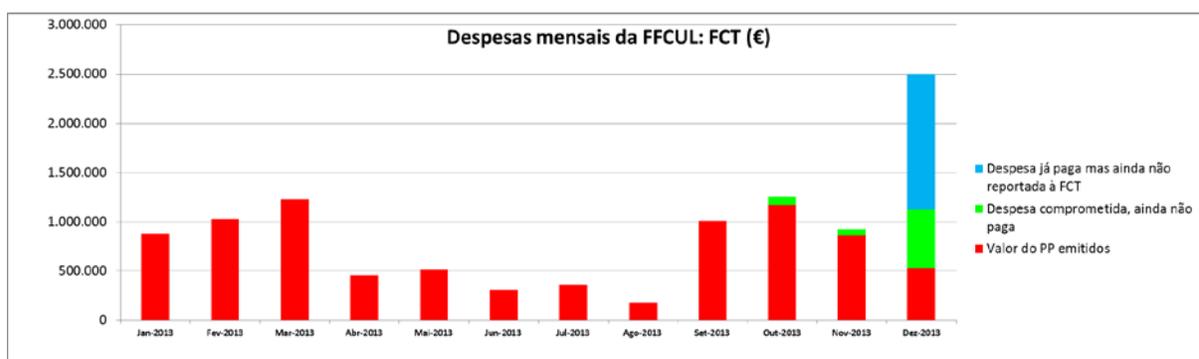


Figura 6 – Despesa mensal total em projetos financiados pela FCT

Como estes elementos revelam, a situação de tesouraria para a área dos projetos nacionais com financiamento FCT foi piorando ao longo do ano. Os valores relativos a Dezembro, em particular, demonstram bem o esforço feito pela FFCUL para assegurar a taxa de execução

dos projetos estratégicos (PEst) das unidades. Como se pode verificar, em finais de 2013 a pressão sobre a tesouraria foi elevada (barra azul, Figura 6).

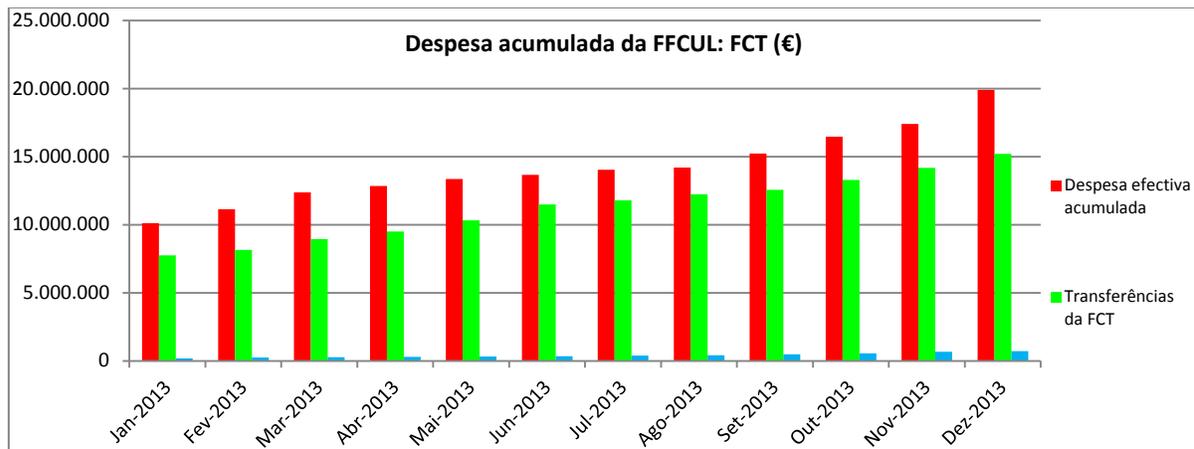


Figura 7 – Relacionamento entre a FFCUL e a FCT - valores acumulados: despesa feita ou comprometida (vermelho), reembolsos FCT (verde), valores já validados pela FCT mas ainda não reembolsados (azul)

2 Demonstrações Financeiras

2.1 Evolução da Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da FFCUL assenta principalmente na separação entre “subsídios à exploração e ao investimento” e “prestações de serviços” - que correspondem às classificações contabilísticas dos “projetos de investigação sujeitos a financiamento” e da “investigação sob contrato”, respetivamente. A Figura 8 descreve a sua evolução desde 2010:

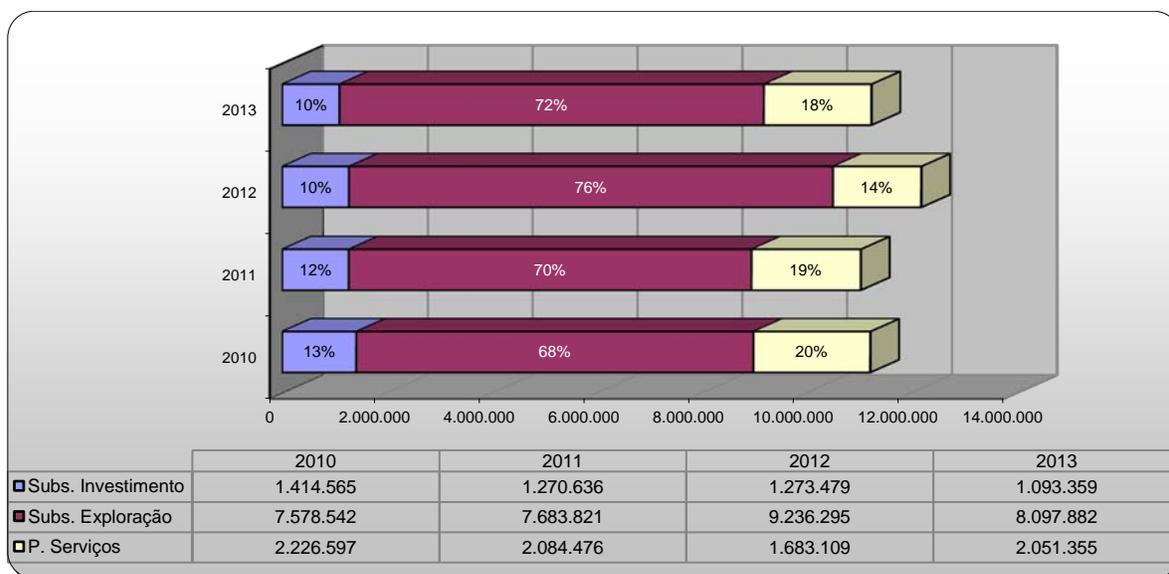


Figura 8 – Evolução da estrutura de rendimentos da FFCUL

Os rendimentos concentram-se nos subsídios à exploração, que representam 72% do total (-12% em relação a 2012), atingindo um valor de 8.097.882€ em 2013. Nos subsídios ao investimento registou-se também um decréscimo para 1.093.359€.

É de salientar o aumento da componente de Prestação de Serviços (+22% relativamente a 2012), contrariando a redução geral da atividade económica e das restrições de contratação que têm sido impostas a empresas e institutos públicos.

No global a estrutura de rendimentos da FFCUL teve uma ligeira queda (-8%), face a 2012, mas manteve o mesmo nível dos anos de 2010 e 2011.

A Tabela 15 sintetiza a **execução** financeira das Unidades de I&D⁴ em 2013, após validação contabilística.

A Tabela 16 mostra, a título meramente **ilustrativo**, a incidência financeira relativa das diversas temáticas departamentais da FCUL em 2013.

Tabela 17 e a Tabela 18 constituem a resposta oficial ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) sobre a Execução financeira e os respetivos Fundos que a suportam em 2013, através do Gabinete de Estatística para Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência, e para ser comunicado ao INE e ao Eurostat. Esta resposta é aliás integrada com a resposta complementar produzida pela FCUL que, designadamente, financia as Unidades de I& através do Orçamento do Estado (salários dos docentes, investigadores e técnicos de alguma forma alocados à atividade de I&D).

Para efeitos de geração destes indicadores financeiros relativos à atividade de I&D, um projeto / centro de custo é associado ao Departamento ao qual pertença o respetivo Investigador Responsável. No caso das Unidades com financiamento plurianual da FCT, os valores são repartidos em função da proveniência departamental dos investigadores integrados e no ativo, de acordo com os dados constantes no CENSUS. Os valores indicados não têm quaisquer consequências operacionais nem na vida das Unidades nem na vida dos Departamentos das áreas correspondentes. Com a melhoria da qualidade dos sistemas de informação da FCUL, estas tabelas constituirão progressivamente uma descrição mais rigorosa do sistema de I&D da FCUL.

⁴ Note-se que a “Unidade” é aqui entendida como unidade-cliente da FFCUL. Existem grupos de I&D da FCUL autónomos ou ligados a entidades externas que, para estes efeitos se discriminam. Alguns dados carecem de correcção pois vários investigadores estão ligados a várias unidades, e não é fácil para a Fundação saber exactamente qual a unidade que deve ser associada a cada projecto em concreto.

UI&D	Unidades de I & D				Projectos de Investigação Nacional				Projectos de Investigação Europeus				Investigação sob Contrato				TOTAL			
	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%
BIOFIG	140.401,89	6%	5	5%	561.926,93	10%	37	8%	81.086,80	5%	4	6%	81.511,35	4%	14	5%	864.926,97	8%	60	6%
CAAUL	44.567,05	2%	2	2%	65.256,53	1%	17	4%	7.458,53	1%	3	5%	104.298,41	5%	10	3%	221.580,52	2%	32	3%
CAUL	49.451,62	2%	2	2%	1.164,85	0%	1	0%	65.918,21	4%	1	2%					116.534,68	1%	4	0%
CBA	167.740,82	8%	6	6%	1.292.117,02	24%	84	18%	176.255,28	12%	8	13%	323.532,62	17%	58	19%	1.959.645,74	18%	156	16%
CBV / IBB	16.174,63	1%	5	5%	81.341,22	1%	7	1%	2.345,66	0%	1	2%					99.861,51	1%	13	1%
CCMM	78.993,22	4%	4	4%	126.546,83	2%	18	4%	50.916,41	3%	1	2%	5.715,75	0%	4	1%	262.172,21	2%	27	3%
CEAUL	125.356,40	6%	4	4%	74.963,98	1%	4	1%					11.500,53	1%	15	5%	211.820,91	2%	23	2%
CEGUL	52.153,45	2%	6	6%	56.197,43	1%	12	3%	-573,62	0%	1	2%	365.737,30	19%	37	12%	473.514,56	4%	56	6%
CELC	22.975,41	1%	2	2%	5.854,28	0%	1	0%					68,18	0%	1	0%	28.897,87	0%	4	0%
CESAM / UA	1.935,92	0%	2	2%	139.032,72	3%	10	2%					2.162,49	0%	2	1%	143.131,13	1%	14	1%
CFAUL	34.815,27	2%	2	2%	54.896,65	1%	6	1%					3.459,60	0%	2	1%	93.171,52	1%	10	1%
CFC	70.102,96	3%	2	2%	40.087,08	1%	5	1%					78.079,51	4%	8	3%	188.269,55	2%	15	2%
CFMC	58.540,94	3%	2	2%	137.930,83	3%	9	2%					63,05	0%	1	0%	196.534,82	2%	12	1%
CFNUL	63.808,60	3%	3	3%	188.273,52	3%	14	3%	16.901,11	1%	1	2%	6.793,96	0%	2	1%	275.777,19	3%	20	2%
CFTC	41.941,98	2%	2	2%	197.265,81	4%	8	2%	2.672,29	0%	1	2%	7.305,46	0%	3	1%	249.185,54	2%	14	1%
EDU	43,76	0%	1	1%	46.488,45	1%	7	1%					435,46	0%	6	2%	46.967,67	0%	14	1%
CIO	119.010,65	5%	4	4%	4.258,31	0%	3	1%					7.437,22	0%	1	0%	130.706,18	1%	8	1%
CIUHCT	34.118,88	2%	4	4%	12.798,87	0%	4	1%									46.917,75	0%	8	1%
CMAF	145.987,29	7%	3	3%	163.515,92	3%	13	3%	121.181,28	8%	2	3%	26.197,91	1%	1	0%	456.882,40	4%	19	2%
CO	154.888,11	7%	4	4%	470.694,88	9%	40	8%	97.860,93	7%	4	6%	248.048,72	13%	54	18%	971.492,64	9%	102	11%
CQB	209.007,60	10%	7	7%	472.647,70	9%	47	10%	4.168,81	0%	3	5%	10.257,34	1%	5	2%	696.081,45	6%	62	7%
CREMINER	137.430,75	6%	7	7%	63.852,72	1%	8	2%					10.967,29	1%	4	1%	212.250,76	2%	19	2%
GFMUL	73.627,85	3%	2	2%	68.570,06	1%	5	1%									142.197,91	1%	7	1%
IBEB	38.805,56	2%	5	5%	65.393,11	1%	7	1%	83.135,14	6%	2	3%	11.140,07	1%	2	1%	198.473,88	2%	16	2%
ICEMS / IST	12.247,80	1%	2	2%	35.152,53	1%	3	1%					1.030,20	0%	1	0%	48.430,53	0%	6	1%
IDL	22.315,26	1%	7	7%	445.483,51	8%	49	10%	153.329,49	10%	11	17%	106.801,37	6%	13	4%	727.929,63	7%	80	8%
INESC-ID					320,56	0%	1	0%									320,56	0%	1	0%
LabMAG	29.929,04	1%	2	2%	10.096,02	0%	3	1%	20.234,44	1%	3	5%	10.496,34	1%	5	2%	70.755,84	1%	13	1%
LASIGE	130.368,13	6%	3	3%	346.131,27	6%	34	7%	274.664,18	18%	8	13%	255.142,22	13%	26	9%	1.006.305,80	9%	71	8%
LATTEX																				
LOLS					6.108,51	0%	1	0%	15.146,54	1%	3	5%	49.755,64	3%	5	2%	71.010,69	1%	9	1%
NLX					35.821,78	1%	1	0%	882,62	0%	1	2%	4.292,65	0%	4	1%	40.997,05	0%	6	1%
SESUL	19.859,31	1%	2	2%	67.319,30	1%	4	1%	72.607,67	5%	1	2%	31.213,57	2%	3	1%	190.999,85	2%	10	1%
SIM	70.689,01	3%	3	3%	84.943,22	2%	13	3%	243.219,28	16%	4	6%	152.023,90	8%	11	4%	550.875,41	5%	31	3%
Sem UI&D Associada					2.980,00	0%	1	0%					6.428,71	0%	3	1%	9.408,71	0%	4	0%
TOTAL	2.167.289,16		105		5.425.432,40		477		1.489.411,05		63		1.921.896,82		301		11.004.029,43		946	

Tabela 15 – Estrutura da execução financeira em 2013 por Unidade de investigação (componente FFCUL)

Departamentos	Unidades de I & D				Projectos de Investigação Nacional				Projectos de Investigação Europeus				Investigação sob Contrato				TOTAL			
	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%
Biologia Animal	315.312,22	15%	7	7%	1.419.467,49	26%	98	21%	87.359,75	6%	6	10%	337.212,33	18%	69	23%	2.159.351,79	20%	180	19%
Biologia Vegetal	39.201,48	2%	11	10%	566.477,83	10%	47	10%	93.636,32	6%	5	8%	288.957,21	15%	53	18%	988.272,84	9%	116	12%
Educação (IEDU-UL)	43,76	0%	1	1%	46.576,81	1%	8	2%					435,46	0%	6	2%	47.056,03	0%	15	2%
Estatística e Investigação Operacional	244.367,05	11%	8	8%	79.222,29	1%	7	1%					18.937,75	1%	16	5%	342.527,09	3%	31	3%
Física	365.416,21	17%	21	20%	835.541,27	15%	79	17%	461.768,73	31%	15	24%	329.780,48	17%	37	12%	1.992.506,69	18%	152	16%
Eng ^a Geográfica, Geofísica e Energia	122.915,50	6%	9	9%	534.401,20	10%	47	10%	227.748,72	15%	12	19%	127.238,03	7%	12	4%	1.012.303,45	9%	80	8%
Geologia	116.037,87	5%	15	14%	214.298,36	4%	35	7%	-155,22	0%	2	3%	387.481,50	20%	45	15%	717.662,51	7%	97	10%
História e Filosofia das Ciências	104.221,84	5%	6	6%	50.744,11	1%	8	2%					69.030,43	4%	5	2%	223.996,38	2%	19	2%
Informática	160.297,17	7%	5	5%	392.049,07	7%	38	8%	295.781,24	20%	12	19%	270.799,06	14%	36	12%	1.118.926,54	10%	91	10%
Matemática	292.042,17	13%	9	9%	241.246,95	4%	21	4%	187.099,49	13%	3	5%	26.266,09	1%	2	1%	746.654,70	7%	35	4%
Química e Bioquímica	407.433,89	19%	13	12%	1.042.427,02	19%	88	18%	136.172,02	9%	8	13%	58.222,44	3%	18	6%	1.644.255,37	15%	127	13%
Outros					2.980,00	0%	1	0%					7.536,04	0%	2	1%	10.516,04	0%	3	0%
TOTAL	2.167.289,16		105		5.425.432,40		477		1.489.411,05		63		1.921.896,82		301		11.004.029,43		946	

Tabela 16 – Estrutura da execução financeira da FFCUL em 2013 por área departamental da FCUL

UNIDADES	1.1 - DESPESAS CORRENTES				1.2 - DESPESAS DE CAPITAL			TOTAIS
	1.1.1 - DESPESAS C/ PESSOAL			1.1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.2.1 - Construções & Instalações	1.2.2 - Instrumentos & Equipamentos	TOTAL	
	Contratados	Bolseiros	Total					
BIOFIG	24.559	200.167	224.725	565.498		74.703	74.703	864.927
CAAUL	3.563	46.093	49.656	144.758		27.167	27.167	221.581
CAUL	57.251		57.251	49.008		10.276	10.276	116.535
CBA	220.897	512.764	733.660	1.092.115		133.871	133.871	1.959.646
CBV / IBB		35.280	35.280	49.378		15.203	15.203	99.862
CCMM		59.820	59.820	155.356		46.996	46.996	262.172
CEAUL				190.659		21.161	21.161	211.821
CEGUL	37.816	130.793	168.609	259.935		44.971	44.971	473.515
CELC		2.980	2.980	23.635		2.283	2.283	28.898
CESAM / UA		45.198	45.198	89.099		8.834	8.834	143.131
CFAUL		19.210	19.210	39.791		34.171	34.171	93.172
CFC	42.166	20.082	62.248	121.368		4.653	4.653	188.270
CFMC		70.374	70.374	97.700		28.461	28.461	196.535
CFNUL		77.602	77.602	172.628		25.548	25.548	275.777
CFTC		56.850	56.850	164.632		27.704	27.704	249.186
EDU		6.804	6.804	37.399		2.765	2.765	46.968
CIO	21.495	7.022	28.518	87.714		14.475	14.475	130.706
CIUHCT				40.308		6.609	6.609	46.918
CMAF	53.281	109.049	162.330	283.230		11.322	11.322	456.882
CO	46.524	360.450	406.973	492.445		72.074	72.074	971.493
CQB		155.034	155.034	399.029		142.019	142.019	696.081
CREMINER	49.678	13.435	63.112	101.342		47.796	47.796	212.251
GFMUL		64.943	64.943	71.272		5.983	5.983	142.198
IBEB	53.365	59.261	112.627	77.065		8.782	8.782	198.474
ICEMS /IST		9.690	9.690	28.256		10.484	10.484	48.431
IDL		224.703	224.703	421.420		81.807	81.807	727.930
INESC-ID				53		267	267	321
La bMAg		26.406	26.406	39.531		4.819	4.819	70.756
LASIGE	68.963	527.927	596.890	337.842		71.574	71.574	1.006.306
LATTEX								
LOLS		26.400	26.400	32.256		12.354	12.354	71.011
NLX		24.204	24.204	16.679		114	114	40.997
SESUL		76.798	76.798	79.371		34.831	34.831	191.000
SIM	205.804	94.161	299.965	239.172		11.738	11.738	550.875
Sem UI&D Associada				3.233		6.176	6.176	9.409
FFCUL	621.732		621.732	1.055.842		31.686	31.686	1.709.260
TOTAIS	1.507.093	3.063.498	4.570.592	7.059.020		1.083.678	1.083.678	12.713.289

Tabela 17 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) 2013 (Componente FFCUL)

UNIDADES	FUNDOS DO ESTADO						FUNDOS INTERNACIONAIS												OUTROS FUNDOS				TOTAL							
	OE	FUNDOS ESTRUTURAIAS	OUTROS FUNDOS DO ESTADO	FUNDOS DE IPFSL	EMPRESAS	TOTAL	EU		ORG. INTERNACIONAIS		EMPRESAS		INSTITUIÇÕES DO ESTADO		INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR		IPFSL		TOTAL	RECEITAS PRÓPRIAS	MECENATO CIENTÍFICO	OUTROS		TOTAL						
							FP's	OUTROS	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU												
BIOFIG		683.612	13.283	7.449		704.343	14.328		93.626	11.729									119.683	9.389		31.512	40.901	864.927						
CAUL		121.976		2.324		124.301	6.064		66.285	1.395									73.743	4.936		18.600	23.537	221.581						
CAUL		116.535				116.535																		116.535						
CBA		1.451.069	49.794	-7.393	32.708	1.526.178	175.215		89.476	23.938					198				288.827	99.820		44.821	144.641	1.959.646						
CBV / IBB		97.516				97.516	2.346												2.346					99.862						
CCMM		203.352			522	203.875			53.104										53.104			5.194	5.194	262.172						
CEAUL		200.320	3.033			203.353														1		8.467	8.468	211.821						
CEGUL	1.499	106.852	132.606	861	146.005	387.823	-574		2.675	14.867									16.968	40.183		28.541	68.723	473.515						
CELC		22.975		5.854		28.830																68	68	28.898						
CESAM / UA		140.969			33	141.002																2.129	2.129	143.131						
CFAUL		89.712	771			90.483																2.689	2.689	93.172						
CFC		110.205	6.776			116.981														2.273		69.016	71.288	188.270						
CFMC		193.897		2.575		196.472																63	63	196.535						
CFNUL		252.082				252.082	16.901		4.982													1.811	1.811	275.777						
CFTC		239.208				239.208	2.672																7.305	7.305	249.186					
EDU		46.710	202			46.912																	56	56	46.968					
OIO		123.269				123.269				7.437															130.706					
QUHCT		46.918				46.918																			46.918					
CMAF		309.013		490		309.503	121.181																26.198	26.198	456.882					
CO		621.441	134.838		23.201	779.480	97.504		75.872	628													19.476	18.009	971.493					
COB		682.564				682.564	3.829			350													9.339	9.339	696.081					
CREMINER		201.283	2.296	5.892		209.471															2.763		16	2.779	212.251					
GFMUL		141.883		315		142.198																			142.198					
IBEB		104.199				104.199	83.135			11.089													51	51	198.474					
ICEMS /IST		48.431				48.431																			48.431					
IDL		467.243	5.373	485	63	473.164	134.730		84.860	28.316													5.798	6.860	727.930					
INESC-ID		321				321																			321					
LabMag		40.025			6.564	46.589	20.234																847	3.932	70.756					
LASIGE		454.899	4.292	2.860	11.481	473.533	274.664		3.291	10.130					7.529								237.159	237.159	1.006.306					
LATTEX																														
LOLS		10.962				10.962	-2.188		22.149	17.405													4.336	18.345	22.681	71.011				
NLX		35.863				35.863	883																	4.252	4.252	40.997				
SESUL		87.179	10.059			97.237	72.608			15.143															87.751	6.012	191.000			
SIM		137.526	105.961	23.001	24.989	291.478	243.219		-707																242.512	1.155	550.875			
Sem UI&D Associada		2.980	6.429			9.409																					9.409			
FFCUL																											1.709.260	1.709.260	1.709.260	
TOTAIS	1.499	7.592.988	475.712	44.713	245.567	8.360.480	1.266.750		495.614	142.428					7.727											1.912.519	173.546	2.266.744	2.440.291	12.713.289

Tabela 18 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) 2013 (Fundos) (componente FFCUL)

2.2 Evolução dos Resultados Líquidos

A situação económico-financeira no final do exercício segue a estrutura já evidenciada nos exercícios anteriores (Figura 9). O resultado mantém-se positivo, com um aumento significativo face ao ano anterior, atingindo 425.500€ (468.654€ antes de imposto), consolidando-se assim os resultados líquidos da FFCUL.

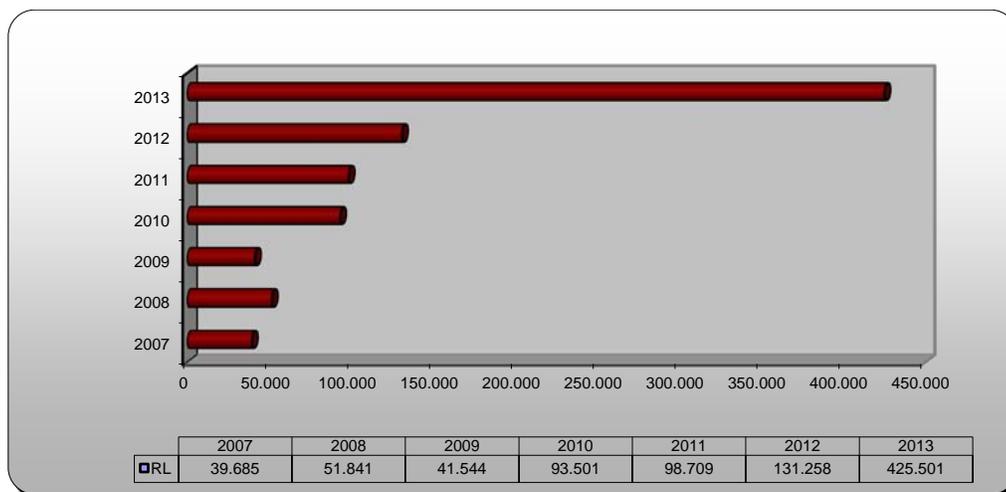


Figura 9 – Evolução dos Resultados Líquidos da FFCUL

O aumento significativo do Resultado Líquido está diretamente relacionado com os seguintes fatores:

- O elevado número de encerramentos contabilísticos de CC's conforme descrito na secção 1.1, Tabela 4;
- Reversão da Provisão constituída em 2012 no valor de 455.893€, resultado das análises de PP's reportados ao financiador FCT nos quais a despesa estava a ser considerada de elegibilidade duvidosa, tendo a FFCUL contestado. Em 2013 a entidade financiadora FCT aceitou a contestação da FFCUL, corrigindo as análises, relativamente às despesas de elegibilidade duvidosa e considerando-as já elegíveis.

2.3 Estrutura de Rendimentos e Gastos Indiretos antes do Imposto

A Tabela 19 descreve a estrutura de gastos e rendimentos da FFCUL em 2013:

Rubrica	2012	2013	Var %	Var Abs
Verba Aprovada	1.784.457	1.715.199	-4%	-69.259
Juros Credores	12.137	5.799	-52%	-6.338
Outros Rendimentos / Dif. De Câmbio	84.549	1.023	-99%	-83.525
Reversão da Provisão	0	455.893	100%	455.893
Total Receitas	1.881.143	2.177.913	16%	296.771
Recursos Humanos	514.251	632.377	23%	118.126
Aquisição de Serviços	160.117	192.033	20%	31.916
Outras Despesas Correntes	16.120	50.580	214%	34.461
Despesas Bancárias	2.475	1.502	-39%	-974
Equipamento	21.900	31.686	45%	9.785
Outros Gastos / Dif. Câmbio	13.608	48.491	256%	34.884
Riscos de Projectos	426.881	171.171	-60%	-255.710
Despesas LSE	571.073	581.420	2%	10.347
Total Despesas	1.726.425	1.709.260	-1%	-17.166
Resultado	154.718	468.654	203%	313.936

Tabela 19 – Estrutura de Gastos e Rendimentos da FFCUL (2013)

Do lado da **Receita** verifica-se um acréscimo de (16%) face ao ano de 2012. Destaca-se:

- A diminuição pouco significativa das receitas provenientes de *overheads* (-4%), mantendo, ainda assim, um nível favorável de execução ocorrido ao longo de 2013.
- A diminuição dos Juros Credores, traduzindo a atual redução das taxas de juro bancário, associado à atual situação económico-financeira nacional e europeia.
- A variação dos “Outros Rendimentos / Dif. De Câmbio”, motivado pelas diferenças de Câmbio a favor da FFCUL.
- Por outro lado, a Reversão da Provisão constituída em 2012 no valor de 455.893 €, resultado da contestação da FFCUL, tendo a FCT corrigindo as análises relativamente às despesas de elegibilidade duvidosa considerando-as já elegíveis, elevou a Receita para um aumento significativo.

Do lado da **Despesa**, note-se que:

- Os “Recursos Humanos” são a rubrica de maior peso (37%); o seu aumento decorreu da reorganização da estrutura orgânica da FFCUL em 2013, e da entrada de colaboradores – ver secção 1.3.
- As “Despesas LSE” (Limpeza, Segurança e Energia) são a segunda rubrica de maior peso (34%), referindo-se à comparticipação dos gastos incorridos pela FCUL (500K€) e ICAT (81K€) com o acolhimento de projetos.

- Em “Aquisição de Serviços”, estão contemplados os gastos incorridos com a subcontratação dos serviços de contabilidade e processamento salarial, auditoria e revisão de contas, manutenção de equipamentos, medicina do trabalho, serviços de propriedade intelectual e gastos de advocacia. O seu aumento relativamente a 2012 decorre da adjudicação à empresa de suporte informático do sistema de contabilidade “Primavera”, Alvo, do novo módulo de Gestão Orçamental e Contratação Pública, na sequência de reestruturação financeira da FFCUL, por via da sua reclassificação como Fundação Pública de Direito Privado.
- É de salientar a diferença significativa do valor em “Riscos de Projetos”. O encerramento contabilístico de projetos teve grande impacto, motivado por correções e movimentos contabilísticos que geraram um custo na ordem dos 171 k€.
- É de referir o aumento significativo dos “Outros Gastos / Dif. Câmbio”, justificada principalmente pelo reconhecimento da imparidade do ICAT, no valor de 42.693,79, referente a 3 adiantamentos efetuados em 2007 e que não estavam contemplados no Plano de Insolvência do ICAT.

3 Situação Económica e Financeira

Os diversos elementos contabilísticos permitem concluir que a evolução da FFCUL em 2013 foi positiva num contexto económico-financeiro e institucional dos mais complexos da sua vida. A gestão financeira adotada assentou num perfil prudente por forma a permitir a liquidez e a estabilidade financeira e manter a boa execução dos Projetos de Investigação.

3.1 Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido de 2013 foi positivo em 425.501€. Este aumento significativo, face a 2012, está diretamente relacionado com a reversão da provisão constituída no exercício anterior.

3.2 Fundos Patrimoniais

Na perspetiva de Balanço há a salientar a continuação do valor significativo dos Fundos Patrimoniais, que em 2013 atingiram 3.276.081€ (Figura 10).

Este valor é uma consequência direta da introdução das normas do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), o qual tem por base as Normas Internacionais de Contabilidade compatíveis com as Diretivas Comunitárias sobre o relato Financeiro. Verificou-se desde 2009 uma alteração profunda na contabilização dos Fundos Patrimoniais na FFCUL.

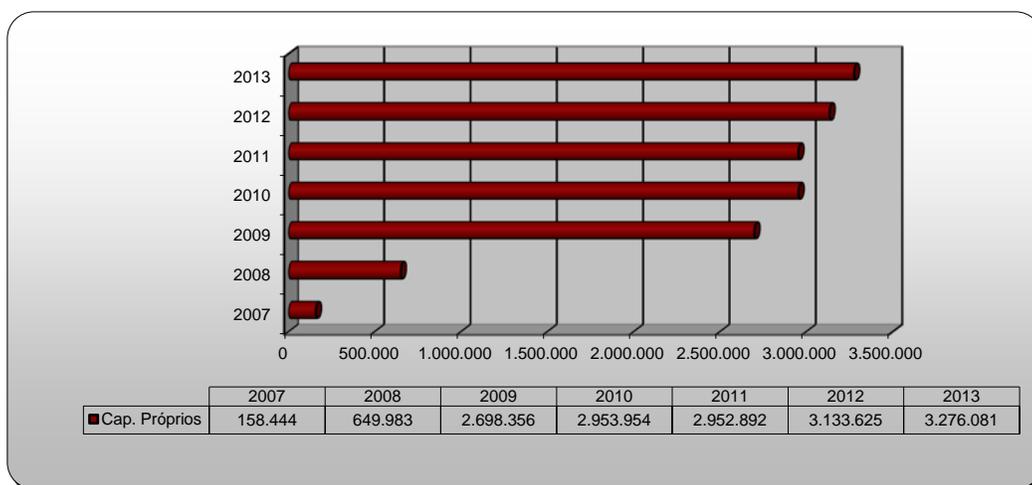


Figura 10 – Evolução dos Fundos Patrimoniais da FFCUL

Na estrutura dos Fundos Patrimoniais salientam-se, nomeadamente:

a) Outras Variações nos Fundos Patrimoniais - Subsídios ao Investimento

De acordo com a NCRF22, a FFCUL contabiliza nos Fundos Patrimoniais, o valor das aquisições de Ativos Fixos Tangíveis, independentemente do subsídio ao investimento ter sido ou não já recebido. Como consequência foram aumentados ao valor dos Fundos Patrimoniais da FFCUL 1.814.328,96€.

b) Ajustamentos em ativos financeiros

Foram efetuados ajustamentos relativos às participações financeiras no montante 21.757€.

c) Resultado Líquido

Durante o ano de 2013 a FFCUL obteve resultados líquidos positivos de 425.501€.

3.3 Estrutura do Balanço

A estrutura do Balanço apresenta, mais uma vez, uma variação significativa nos Ativos Fixos Tangíveis (Tabela 20):

Rubrica	2012	2013	Varição
Activo Não Corrente	2.408.402	2.098.441	-309.961
Activos Fixos Tangíveis	2.375.651	2.047.541	-328.111
Outras Activos Não Correntes	32.750	50.900	18.150
Activo Corrente	12.448.346	12.340.131	-108.216
Clientes	617.926	472.619	-145.308
Outras Contas a Receber	8.829.789	8.161.140	-668.649
Caixa e Depósitos Bancários	2.868.058	3.599.652	731.594
Outros Activos Correntes	132.573	106.721	-25.852
Total do Activo Líquido	14.856.748	14.438.571	-418.177
Fundos Patrimoniais	3.133.625	3.276.081	142.455
Fundos	1.995	1.995	0
Resultados Transitados	881.241	1.012.499	131.258
Ajustamentos em activos financeiros	12.162	21.757	9.595
Outras Variações nos Fundos patrimoniais	2.106.969	1.814.329	-292.640
Resultado Líquido do período	131.258	425.501	294.243
Passivo	11.723.123	11.162.491	-560.632
Passivo Não Corrente			
Provisões Específicas	455.893	0	-455.893
Passivo Corrente			
Fornecedores	1.216.957	628.118	-588.839
Estado e Outros Entes Públicos	107.812	95.765	-12.048
Financiamentos Obtidos	9.916	2.147	-7.769
Outras Contas a Pagar	1.180.952	1.490.927	309.975
Diferimentos	8.751.593	8.945.534	193.941
Total de Fundos Patrimoniais e do Passivo	14.856.748	14.438.571	-418.177

Tabela 20 – Estrutura do Balanço

Face aos Ativos Fixos Tangíveis do ano anterior, durante o ano de 2013 verifica-se uma ligeira diminuição de -328.111€, que se justifica por os abates das amortizações terem sido superiores às aquisições no exercício.

As rubricas mais significativas do Ativo Corrente continuam a ser:

- a) **Outras Contas a Receber** - representam os gastos já incorridos com projetos, mas cujas verbas ainda não foram recebidas (8.161.140€ contra 8.829.789€ em 2012), registando, desta forma uma diminuição de 668.649€, refletindo-se na ligeira descida da atividade da Fundação.

- b) **Disponibilidades** - representam 3.599.652€, registando um acréscimo de 26% face a 2012 no montante de 731.594€. Justificada principalmente pelos recebimentos das rubricas de Outras Contas a Receber, Clientes e Estado e Outros Entes Públicos.

Uma última referência para os saldos de Clientes, de 472.619€, e de Outros Ativos Correntes (Adiantamentos a fornecedores, estado, diferimentos) de 106.721€, que apresentam, respetivamente, um decréscimo de 24% e 20% face ao ano anterior.

O ICAT em 2013 abateu a sua dívida em 39.845€, correspondendo aos pagamentos de Abril de 2012 a Setembro de 2012, conforme Plano aprovado pelos Credores em Assembleia realizada no Tribunal de Comércio em 20 de fevereiro de 2009 e com despacho de sentença homologatória do Tribunal em 23 de Setembro de 2009.

No que respeita ao Passivo mantém-se a inexistência de passivos remunerados. Todavia, o passivo global passou de 11.723.123€ em 2012 para 11.162.491€ em 2013 e é explicada essencialmente por:

- a) Foi efetuada a reversão da **Provisão Específica** no valor de 455.893€, constituída em 2012, resultado das análises de pedidos de pagamento reportados à entidade financiadora FCT nos quais a despesa foi considerada de elegibilidade duvidosa por não ser cumprido, na íntegra desde Julho de 2012, o Código de Contratação Pública (CCP) imposto pelo DL 149/2012 nas aquisições de bens e serviços. A FFCUL da FCUL efetuou uma contestação a esta exigência, tendo no entanto apurado um valor de despesa que estava a ser considerada de elegibilidade duvidosa pela FCT, tendo a administração decidido desde logo reconhecer contabilisticamente essa perda nas contas de 2012 da FFCUL. Em 2013 a entidade financiadora FCT aceitou a contestação da FFCUL, corrigindo as análises, relativamente às despesas de elegibilidade duvidosa e considerou que as mesmas são elegíveis.
- b) O decréscimo registado na conta dos **Fornecedores** de 588.839€, reflete a grande execução das Unidades de Investigação e Projetos FCT no final do ano de 2012, tendo sido muitas dessas despesas líquidas durante 2013 (barra azul, Figura 6).
- c) O acréscimo registado na rubrica de **Outras Contas a Pagar** no montante de 309.975€ é principalmente justificado por verbas a transferir para Parceiros, resultante de subsídios recebidos no final do ano.
- d) Acréscimo registado em **Diferimentos**, constituídos essencialmente por adiantamentos recebidos por conta de Subsídios à Exploração (3.930.435€), ao Investimento (164.102€), à Investigação Sob Contrato (2.592.147€) e de *overheads* (2.258.850€). No ano de 2013 totalizaram 8.945.534€, ou seja, 80% do Passivo, tendo registado um aumento de 193.941€ face a 2012, motivado pelo adiantamento a Projetos, motivado pelo encerramento de diversos Programas de Financiamento e Execução das Unidades de Investigação.

3.4 Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que os Resultados Líquidos do exercício, no montante de 425.501€, sejam integralmente transferidos para Resultados Transitados.

4 Perspetivas futuras

O futuro da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 2014 será condicionado pelas seguintes orientações e desafios:

- ✓ Contínua adaptação da atividade operacional, administrativa, financeira e de recursos humanos da FFCUL, por força das alterações impostas pela Lei-Quadro das Fundações, forçando um esquema de gestão muito próximo do dos Institutos Públicos, sem que tal diminua demasiado os níveis de qualidade e de prontidão que os investigadores esperam da sua Fundação.
- ✓ Manutenção do nível de crescimento da FFCUL tanto no domínio dos projetos de investigação competitiva como no da investigação sob contrato, procurando-se dinamizar e operacionalizar tanto quanto possível a conquista de novos projetos internacionais - face às reduções de financiamento nacional e às perspetivas de uma reorganização profunda do sistema gerido pela FCT – e, por todas as formas, manter a atividade de prestação de serviços apesar do clima económico global e das restrições sobre a generalidade das entidades públicas.
- ✓ Continuação do encerramento contabilístico de projetos e unidades, de modo a reforçar a solidez financeira da FFCUL.
- ✓ Reforço da articulação funcional entre a FFCUL e a FCUL na gestão integrada da I&D ao longo de todo o ciclo de vida dos projectos, e que, para além das intervenções associadas ao reforço da internacionalização do financiamento, deverão ir incluindo a divulgação de resultados, e a valorização e transferência do conhecimento decorrente da atividade de I&D e da capacidade acumulada dos investigadores e das equipas na resolução de problemas e na criação de oportunidades.
- ✓ Intervenção prioritária da FFCUL em todos os domínios que tenham sido objeto de reservas dos auditores, seja através dos seus recursos próprios ou de eventual contratação externa.

Estas medidas ajudarão a Instituição (institucional e operacionalmente) a actuar no contexto económico-financeiro nacional difícil de 2014, num quadro de alterações significativas de funcionamento da FCT.

5 Agradecimentos

O Conselho de Administração da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa deseja expressar o seu reconhecimento às seguintes entidades:

- ✓ A todos os empregados e colaboradores da FFCUL pela qualidade do desempenho das tarefas que desenvolvem;
- ✓ Às entidades financiadoras e a todas as outras entidades que recorreram aos serviços da FFCUL, as quais proporcionaram o desenvolvimento desta Instituição;
- ✓ Aos Membros do Conselho Fiscal e da Mesa do Conselho Geral, pelo interesse e colaboração prestados;
- ✓ A todos os investigadores e docentes da FCUL que viabilizaram, através das suas iniciativas, compreensão e aceitação das regras de funcionamento da FFCUL, o trabalho desta sua Instituição que os pretende servir;
- ✓ À equipa Reitoral da Universidade de Lisboa que em 2013, sem ambiguidades, definiu o enquadramento da FFCUL no contexto da Universidade e a função tutelar da FCUL, sua entidade instituinte;
- ✓ A todas as entidades que, de forma direta ou indireta, colaboraram no desenvolvimento da atividade da FFCUL.

Lisboa, 28 de abril de 2014

O Conselho de Administração

Professor Doutor José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão

Professora Doutora Maria da Luz da Costa Pereira Mathias

Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas

6 Órgãos Sociais em 31 de Dezembro de 2013

Mesa do Conselho Geral

Presidente

Professor António Carlos de Sá Fonseca

Conselho de Administração

Presidente

Professor Doutor José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão

Vogal

Professora Doutora Maria da Luz da Costa Pereira Mathias

Vogal

Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas

Conselho Fiscal

Presidente

Professor Doutor Jorge Miguel Alberto de Miranda

Vogal

Professor Doutor Luís Fernando Sanchez Rodrigues

Vogal

BDO & associados, SROC, representada pelo

Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

7 Balanço

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Balanço em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro 2012

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	31-12-2013	31-12-2012
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	6	2.047.540,57	2.375.651,38
Activos intangíveis	7	15.359,52	10.949,25
Participações financeiras - outros métodos	8	35.540,41	21.801,11
		2.098.440,50	2.408.401,74
ACTIVO CORRENTE			
Clientes	10	472.618,71	617.926,39
Adiantamentos a fornecedores	11	17.333,28	13.911,22
Estado e Outros Entes Públicos	20	50.624,33	76.248,03
Outras contas a receber	10 e 12	8.161.140,02	8.829.789,20
Diferimentos	13	38.762,93	42.413,52
Caixa e depósitos bancários	4	3.599.651,69	2.868.058,08
		12.340.130,96	12.448.346,44
Total do Activo		14.438.571,46	14.856.748,18
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS			
Resultados Transitados	14	1.995,19	1.995,19
Ajustamentos em activos financeiros		1.012.498,99	881.241,35
Outras variações no capital próprio	15	21.756,62	12.161,89
		1.814.328,96	2.106.969,01
Resultado Líquido do período		425.500,80	131.257,64
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		3.276.080,56	3.133.625,08
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões Específicas	17	0,00	455.893,30
		0,00	455.893,30
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	19	628.118,15	1.216.957,03
Estado e Outros Entes Públicos	20	95.764,79	107.812,45
Financiamentos obtidos	4	2.146,94	9.915,65
Outras contas a pagar	18	1.490.927,00	1.180.951,58
Diferimentos	21	8.945.534,02	8.751.593,09
		11.162.490,90	11.267.229,80
Total do Passivo		11.162.490,90	11.723.123,10
Total de Fundos Patrimoniais e do Passivo		14.438.571,46	14.856.748,18

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

8 Demonstração dos Resultados

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 31 DE DEZEMBRO 2012

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	2012
Vendas e Prestação de Serviços	22	2.052.167,94	1.683.109,19
Subsidio à Exploração	16	8.097.882,19	9.236.294,68
Ganhos/Perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimento e serviços externos	23	-4.286.999,37	-4.677.244,33
Gastos com o pessoal	24	-1.574.122,51	-1.366.018,87
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	25	-63.537,48	-124.515,00
Provisões (aumentos/reduções)	17	455.893,30	-455.893,30
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	26	1.274.078,67	1.469.596,20
Outros gastos e perdas	27	-4.401.514,40	-4.408.066,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto		1.553.848,34	1.357.262,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-1.092.056,29	-1.222.446,56
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		461.792,05	134.815,74
Juros e rendimentos similares obtidos	29	6.962,87	20.905,84
Juros e gastos similares suportados	30	-100,73	-1.003,80
Resultado antes de impostos		468.654,19	154.717,78
Imposto sobre o rendimento do período	9	-43.153,39	-23.460,14
Imposto diferido		0,00	0,00
Resultado Líquido do período		425.500,80	131.257,64

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

9 Demonstração de Fluxos de Caixa

Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
 Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
 31 de Dezembro 2013
 (Valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2013	31-12-2012
<i>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</i>			
Recebimentos de clientes		2.467.394,59	1.839.545,87
Pagamentos a fornecedores		(5.613.731,43)	(4.251.012,32)
Pagamentos ao pessoal		(873.872,17)	(881.125,82)
Caixa gerada pelas operações		(4.020.209,01)	(3.292.592,27)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(20.371,31)	(46.467,68)
Outros recebimentos/pagamentos		4.422.787,70	3.114.303,62
		-	-
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		382.207,38	(224.756,33)
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(688.949,41)	(1.252.469,31)
Activos intangíveis		(18.225,70)	(19.740,10)
Investimentos financeiros		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
		(707.175,11)	(1.272.209,41)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(13.347,64)
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento	16	1.046.661,92	1.067.632,94
Juros e rendimentos similares		9.925,27	12.368,72
Dividendos		-	-
		1.056.587,19	1.066.654,02
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		349.412,08	(205.555,39)
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</i>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de fundos e de outros instrumentos de fundos próprios		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares	30	(100,73)	(1.001,02)
Dividendos		-	-
Reduções de fundos e de outros instrumentos de fundos próprios		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(100,73)	(1.001,02)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		(100,73)	(1.001,02)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		731.518,73	(431.312,74)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.865.986,02	3.297.298,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.597.504,75	2.865.986,02

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

10 Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Outros instrumentos de fundos próprios		Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos próprios	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total dos fundos próprios
		Fundos Próprios	de fundos próprios										
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	1	1.995	-	-	-	881.241	12.162	-	2.106.969	131.258	3.133.625	-	3.133.625
Alterações no período:													
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios:		-	-	-	-	-	9.595	-	(292.640)	-	(283.045)	-	(283.045)
	2	-	-	-	-	-	9.595	-	(292.640)	-	(283.045)	-	(283.045)
Resultado líquido do exercício	3									425.501	425.501	-	425.501
Resultado integral	4=2+3									425.501	142.455	-	142.455
Operações com detentores de fundos no exercício:													
Realizações de fundos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados		-	-	-	-	131.258	-	-	-	(131.258)	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	131.258	-	-	-	(131.258)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	6=1+2+3+5	1.995	-	-	-	1.012.499	21.756	-	1.814.329	425.501	3.276.080	-	3.276.080

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos próprios do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Fundos	Outros instrumentos de fundos próprios	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos próprios	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total dos fundos próprios
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	1	1.995	-	-	-	782.532	8.857	-	2.060.798	98.709	2.952.892	-	2.952.892
Alterações no período:													
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios:		-	-	-	-	-	3.305	-	46.171	-	49.475	-	49.475
	2	-	-	-	-	-	3.305	-	46.171	-	49.475	-	49.475
Resultado líquido do exercício	3									131.258	131.258	-	131.258
Resultado integral	4=2+3									131.258	180.733	-	180.733
Operações com detentores de fundos no exercício:													
Realizações de fundos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados		-	-	-	-	98.709	-	-	-	(98.709)	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	98.709	-	-	-	(98.709)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	6=1+2+3+5	1.995	-	-	-	881.241	12.162	-	2.106.969	131.258	3.133.625	-	3.133.625

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos próprios do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

11 Anexos ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1. *NOTA INTRODUTÓRIA*

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa é uma Fundação, com sede em Edifício C1 – Campo Grande - Lisboa, constituída em janeiro de 1993 e que tem como atividade principal fomentar as atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultoria e divulgação.

2. *PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS*

2.1. *Referencial contabilístico*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2013, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF-ESNL”), normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto de 2009 e divulgações publicadas através do anexo nº 10 da Portaria nº 986/2009 de 7 de setembro, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (“ESNL”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF-ESNL”.

2.2. *Disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo derogadas no exercício*

Não aplicável

2.3. *Rubricas não comparáveis com o exercício anterior*

Não aplicável

3. *PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS*

3.1. *Bases de apresentação*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

3.2. *Investimentos Financeiro*

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo anualmente avaliada a necessidade de contabilização de perdas de imparidade.

3.3. *Activos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Entidade espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Activos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Entidade tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal (i) e (iii) a Entidade tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.8. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.9. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Entidade.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Entidade receber o correspondente montante.

3.12. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	2013	2012
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.599.651,69	2.868.058,08
Aplicações de tesouraria	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	<u>3.599.651,69</u>	<u>2.868.058,08</u>
Linhas de crédito de curto prazo	0,00	0,00
Descobertos bancários	2.146,94	2.072,06
Caixa e depósitos bancários	<u>2.146,94</u>	<u>2.072,06</u>
	<u>3.597.504,75</u>	<u>2.865.986,02</u>

Os montantes registados em Balanço na rubrica *Financiamentos obtidos* respeitam ao saldo credor que se encontra evidenciado na rubrica *Caixa e Bancos* no valor de 2.146,94€.

Encontra-se na rubrica *Depósitos a prazo*, a 31 de dezembro de 2013, o montante de 772.473,08 Euros com o seguinte detalhe:

	2013			
	Montante	Taxa	Início	Vencimento
Depósito a prazo	25.000,00	0,10%	09-12-2013	28-02-2014
Depósito a prazo	75.000,00	0,10%	27-12-2013	27-01-2014
Depósito a prazo	150.000,00	0,10%	30-12-2013	30-01-2014
Depósito a prazo	350.000,00	0,20%	09-10-2013	08-04-2014
Depósito a prazo	91.132,00	0,30%	23-08-2013	24-08-2014
Depósito a prazo	28.000,00	0,25%	30-06-2013	23-01-2014
Depósito a prazo	27.490,50	0,20%	30-06-2013	11-03-2014
Depósito a prazo	23.450,58	0,25%	30-06-2013	14-02-2014
	2.400,00	2,20%	17-11-2013	18-11-2015
	<u>772.473,08</u>			

Conforme referido na Nota 12 (em *Outras Contas a Receber*) foi registado o montante de 358,21 euros relativos a juros a receber relativos ao ano de 2013.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2013				
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	3.595.184,43	89.697,97	4.228.571,21	2.174.626,49	10.088.080,10
Aquisições	164.613,16		375.784,70	234.238,09	774.635,95
Alienações					
Transferências					
Abates	-3.693,80		-8.613,34	-22.480,28	-34.787,42
Revalorizações (Nota __)					
Outras variações					
Saldo final	<u>3.756.103,79</u>	<u>89.697,97</u>	<u>4.595.742,57</u>	<u>2.386.384,30</u>	<u>10.827.928,63</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	2.649.196,90	79.848,95	3.800.898,00	1.182.484,87	7.712.428,72
Amortizações do exercício	315.410,75	9.849,11	435.416,94	317.564,06	1.078.240,86
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates	-1.338,86		-7.715,44	-1.227,22	-10.281,52
Outras variações					
Saldo final	<u>2.963.268,79</u>	<u>89.698,06</u>	<u>4.228.599,50</u>	<u>1.498.821,71</u>	<u>8.780.388,06</u>
Activo líquido	<u>792.835,00</u>	<u>-0,09</u>	<u>367.143,07</u>	<u>887.562,59</u>	<u>2.047.540,57</u>

2012					
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	3.259.722,55	89.697,97	3.724.819,56	1.797.791,94	8.872.032,02
Aquisições	335.461,88		514.870,00	409.790,39	1.260.122,27
Alienações					
Transferências					
Abates			-11.118,35	-32.955,84	-44.074,19
Revalorizações (Nota __)					
Outras variações					
Saldo final	<u>3.595.184,43</u>	<u>89.697,97</u>	<u>4.228.571,21</u>	<u>2.174.626,49</u>	<u>10.088.080,10</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	2.298.750,13	70.000,31	3.266.039,52	887.543,53	6.522.333,49
Amortizações do exercício	350.446,77	9.848,64	538.560,46	307.506,50	1.206.362,37
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates			-3.701,98	-12.565,16	-16.267,14
Outras variações					
Saldo final	<u>2.649.196,90</u>	<u>79.848,95</u>	<u>3.800.898,00</u>	<u>1.182.484,87</u>	<u>7.712.428,72</u>
Activo líquido	<u>945.987,53</u>	<u>9.849,02</u>	<u>427.673,21</u>	<u>992.141,62</u>	<u>2.375.651,38</u>

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	1-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1-10
Outros activos fixos tangíveis	1-10

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013					
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial		243.597,82			243.597,82
Aquisições		18.225,70			18.225,70
Alienações		-			
Transferências e abates					
Revalorizações (Nota __)					
Outras variações					
Saldo final		<u>261.823,52</u>			<u>261.823,52</u>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial		232.648,57			232.648,57
Amortizações do exercício		13.815,43			13.815,43
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências e abates					
Outras variações					
Saldo final		<u>246.464,00</u>			<u>246.464,00</u>
Activo líquido		<u>15.359,52</u>			<u>15.359,52</u>

	2012				Total
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	
Activo bruto:					
Saldo inicial		223.857,72			223.857,72
Aquisições		19.740,10			19.740,10
Alienações		-			
Transferências e abates					
Revalorizações (Nota __)					
Outras variações					
Saldo final		243.597,82			243.597,82
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial		216.564,38			216.564,38
Amortizações do exercício		16.084,19			16.084,19
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências e abates					
Outras variações					
Saldo final		232.648,57			232.648,57
Activo líquido		10.949,25			10.949,25

Vidas úteis e amortização

Os ativos intangíveis de vida útil finita são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Programas de computador	1-3

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido nas rubricas *Participações financeiras*, bem como das respetivas perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2013				Total
	Método da equivalencia patrimonial	Justo valor	Custo	Total outros métodos	
Valor bruto:					
Saldo inicial	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularizações - Método da equivalência patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações de justo valor (Nota __)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	0,00	0,00	7.678,89	7.678,89	7.678,89
Perdas por imparidade do exercício (Nota 26)	0,00	0,00	-4.144,57	-4.144,57	-4.144,57
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	-9.594,73	-9.594,73	-9.594,73
Saldo final	0,00	0,00	-6.060,41	-6.060,41	-6.060,41
Activo líquido	0,00	0,00	35.540,41	35.540,41	35.540,41

	2012				
	Método da equivalência patrimonial	Outros métodos			Total
		Justo valor	Custo	Total outros métodos	
Valor bruto:					
Saldo inicial	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	0,00	0,00	7.450,69	7.450,69	7.450,69
Perdas por imparidade do exercício (Nota 26)	0,00	0,00	3.533,06	3.533,06	3.533,06
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	-3.304,86	-3.304,86	-3.304,86
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	7.678,89	7.678,89	7.678,89
Activo líquido	0,00	0,00	21801,11	21801,11	21801,11

A Fundação detém uma participação financeira na entidade PETSYS, S.A, adquirida pelo montante de 29.480,00 Euros, representativa de 7,10% de capital.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação da Faculdade de Ciências encontra-se sujeita a um regime de tributação misto, sendo parte das operações realizadas não sujeitas a tributação, uma vez que não têm por finalidade a obtenção de resultados e a parte relativa a prestações de serviços e custos associados tributáveis pelo regime geral.

Na parte tributável a Fundação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2013 e em 2012.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 4 anos (6 anos para os incorridos até 2010) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O imposto estimado para o exercício de 2013 foi de 43.153,39€. Destes 43.153,39€, 34.685,52€ referem-se ao imposto do exercício e 8.467,87€ são relativos a tributações autónomas.

10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as contas a receber da Entidade tem a seguinte composição:

	2013			2012		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Não correntes:						
Clientes, conta corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contas a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Correntes:						
Clientes, conta corrente	787.188,81	314.570,10	472.618,71	857.887,13	239.960,74	617.926,39
Outras Contas a Receber	8.161.140,02	0,00	8.161.140,02	8.829.789,20	0,00	8.829.789,20
	<u>8.948.328,83</u>	<u>314.570,10</u>	<u>8.633.758,73</u>	<u>8.763.883,50</u>	<u>149.617,31</u>	<u>9.447.715,59</u>
TOTAL	<u>8.948.328,83</u>	<u>314.570,10</u>	<u>8.633.758,73</u>	<u>8.763.883,50</u>	<u>149.617,31</u>	<u>9.447.715,59</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidas *perdas por imparidade* líquidas em dívidas a receber no montante de 87.286,13 Euros (Nota 25) e o valor das contas das *Outras contas a receber* foram de 8.161.140,02 Euros.

11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos efetuados a fornecedores por conta de encomendas a satisfazer.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica *Outras contas a receber* tem a seguinte composição:

	2013	2012
Pessoal	0,00	0,00
Devedores pl acresc. rend.	7.674.629,98	8.245.463,78
Adiantamentos Concedidos Projectos	7.384,47	7.384,47
Parceiros	205.639,77	240.779,41
Outras contas a receber	<u>273.425,80</u>	<u>336.155,54</u>
	<u>8.161.140,02</u>	<u>8.829.789,20</u>

13. DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica do ativo corrente *Diferimentos* tem a seguinte composição:

Natureza	2013	2012
Seguros	19.047,65	21.136,40
Contratos de manutenção	337,61	14.786,16
Assinaturas Publicações	11.819,87	632,97
Licença Informática	5.052,24	5.497,64
Outros gastos a reconhecer	<u>2.505,56</u>	<u>360,35</u>
	<u>38.762,93</u>	<u>42.413,52</u>

14. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2013, o capital da Entidade, era composto com o valor nominal de 1.995,19 Euros.

	2013	2012
Fundos Patrimoniais:		
Valor nominal	1.995,19	1.995,19
Fundos Patrimoniais não realizados	0,00	0,00
Custos de emissão	0,00	0,00
Acções/quotas próprias	0,00	0,00
Outros instrumentos de Fundos Patrimoniais	0,00	0,00
Prémios de emissões	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

15. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	2013	2012
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00
Subsídios	1.831.709,03	2.124.349,08
Doações	500,00	500,00
Outras	-17.880,07	-17.880,07
	<u>1.814.328,96</u>	<u>2.106.969,01</u>

16. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Entidade beneficiou dos seguintes subsídios:

Ano 2013		Montante recebido	Rédito do período
Subsídio			
Subsídios à exploração:		8.535.703,41	8.097.882,19
---		0,00	0,00
		<u>8.535.703,41</u>	<u>8.097.882,19</u>
Subsídios relacionados com activos:		1.046.661,92	1.093.359,12
---		0,00	0,00
		<u>1.046.661,92</u>	<u>1.093.359,12</u>
		<u>9.582.365,33</u>	<u>9.191.241,31</u>
Ano 2012		Montante recebido	Rédito do período
Subsídio			
Subsídios à exploração:		7.912.825,88	9.236.294,68
---		0,00	0,00
		<u>7.912.825,88</u>	<u>9.236.294,68</u>
Subsídios relacionados com activos:		1.067.632,94	1.273.479,03
---		0,00	0,00
		<u>1.067.632,94</u>	<u>1.273.479,03</u>
		<u>8.980.458,82</u>	<u>10.509.773,71</u>

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

As provisões reconhecidas no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	2013	2012
Provisões Outras	0,00	455.893,30
	<u>0,00</u>	<u>455.893,30</u>

Em 2012 foi criada uma provisão no valor de 455.893,30€ devido ao facto de haver pedidos de pagamentos de exigibilidade duvidosa, por não estar a ser cumprido, na íntegra, desde Julho 2012 o código de contratação pública imposto pelo DL 149/2012 nas aquisições de bens e serviços.

Em 2013, atendendo a que as situações de exigibilidade duvidosa foram ultrapassadas, pois os pedidos de pagamento feitos em 2012 foram recebidos, fez-se a reversão da provisão no valor de 455.893,30€.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica *Outras contas a pagar* tem a seguinte composição:

	2013	2012
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	250.988,47	135.585,84
Credores por acréscimos de gastos	206.089,37	151.688,73
Adiantamentos Concedidos Projectos	69.680,84	247.583,40
Parceiros	818.746,40	584.905,00
Outras contas a pagar	145.421,92	61.188,61
	<u>1.490.927,00</u>	<u>1.180.951,58</u>

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de *Fornecedores* tem a seguinte composição:

	2013	2012
Fornecedores, conta corrente	628.118,15	1.216.957,03
Fornecedores, títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
	<u>628.118,15</u>	<u>1.216.957,03</u>

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica *Estado e outros entes públicos* tem a seguinte composição:

	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	0,00	0,00	0,00	0,00
Estimativa de imposto	0,00	43.153,39	0,00	23.460,14
Retenção na fonte	8.542,75	0,00	6.169,73	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	24.107,00	0,00	18.596,13
Imposto sobre o valor acrescentado	42.081,58	0,00	70.078,30	29.034,05
Contribuições para a Segurança Social	0,00	28.504,40	0,00	36.722,13
Outros impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>50.624,33</u>	<u>95.764,79</u>	<u>76.248,03</u>	<u>107.812,45</u>

A 31 de dezembro de 2013 a Fundação não apresentava dívidas em mora para com as entidades públicas.

21. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica do passivo corrente *Diferimentos* tem a seguinte composição:

Natureza	2013	2012
Proveitos Diferidos	6.373.446,68	7.211.646,48
Outros Proveitos Diferidos	2.572.087,34	1.539.946,61
	<u>8.945.534,02</u>	<u>8.751.593,09</u>

22. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 tem a seguinte composição:

	2013	2012
Venda de bens	813,01	0,00
Serviços Prestados	2.051.354,93	1.683.109,19
	<u>2.052.167,94</u>	<u>1.683.109,19</u>

23. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de *Fornecimentos e serviços externos* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 tem a seguinte composição:

	2013	2012
Serviços Especializados	1.491.049,83	1.642.846,56
Materiais	697.225,44	655.721,02
Energia e fluidos	354.585,24	522.225,53
Deslocações, estadas e transportes	1.045.589,91	1.124.919,01
Serviços diversos:	698.548,95	731.532,21
rendas e alugueres	626.874,02	653.684,97
comunicação	29.862,85	34.190,26
seguros	4.792,22	6.807,67
contencioso e notariado	878,96	570,24
despesas de representação	35.579,35	34.218,11
outros serviços	561,55	2.060,96
	<u>4.286.999,37</u>	<u>4.677.244,33</u>

24. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica *Gastos com o pessoal* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 tem a seguinte composição:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1.296.005,43	1.126.263,03
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	264.614,90	225.785,30
Seguros	9.665,56	7.858,82
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros	3.836,62	6.111,72
	<u>1.574.122,51</u>	<u>1.366.018,87</u>

O número médio de pessoal foi de 56 tanto nos exercícios de 2013 e 2012 respetivamente.

25. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

No exercício de 2013 foi registado na rubrica *Imparidade de dívidas a receber* uma perda no montante de 87.286,13 Euros para fazer face ao aumento de clientes de cobrança duvidosa, tendo sido registado uma reversão de perdas de imparidades no montante de 23.748,65€.

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica *Outros rendimentos e ganhos* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 tem a seguinte composição:

	2013	2012
Rendimentos suplementares	0,00	19910,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros:	1.274.078,67	1.449.685,44
Subsidio ao Investimento	1.093.359,12	1.273.479,03
Correcções de Exercícios Anteriores	173.819,02	158.405,01
Outros	6.900,53	17.801,40
	<u>1.274.078,67</u>	<u>1.469.596,20</u>

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica *Outros gastos e perdas* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 tem a seguinte composição:

	2013	2012
Impostos	103.204,65	138.134,37
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	6.283,32
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos:		
Outros gastos e perdas (Notas __)	0,00	3.533,06
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2.203,67	13.732,88
Juros de Mora e Compensatórios	0,00	0,00
Outros:		
Custos com Bolseiros	3.154.084,74	3.162.358,68
Ajudas de Custo	553.965,44	721.600,32
Outros gastos e perdas	588.055,90	362.423,64
	<u>4.401.514,40</u>	<u>4.408.066,27</u>

28. AMORTIZAÇÕES

A rubrica *Gastos / reversões de depreciação e de amortização* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 tem a seguinte composição:

	2013	2012
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	1.078.240,86	1.206.362,37
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Intangíveis (Nota 7)	13.815,43	16.084,19
	<u>1.092.056,29</u>	<u>1.222.446,56</u>

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	2013	2012
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	6.038,57	12.987,84
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	0,00	0,00
Financiamentos concedidos a subsidiárias	0,00	0,00
Financiamentos concedidos a associadas e entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Outros financiamentos concedidos	924,30	7.918,00
	<u>6.962,87</u>	<u>20.905,84</u>
Dividendos obtidos:		
Aplicações em meios financeiros líquidos	0,00	0,00
Subsidiárias	0,00	0,00
Associadas e entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Outras entidades	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	<u>6.962,87</u>	<u>20.905,84</u>

30. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	2013	2012
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	54,73	336,82
Locações financeiras	0,00	0,00
Empréstimos obrigacionistas	0,00	0,00
Outros financiamentos	46,00	664,20
	<u>100,73</u>	<u>1.001,02</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos	0,00	0,00
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos	0,00	0,00
Outros gastos de financiamento:		
Comissões e encargos similares	0,00	0,00
Imposto do selo	0,00	0,00
Outros financiamentos	0,00	2,78
	<u>100,73</u>	<u>1.003,80</u>

31. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, (adiante também designada por FFCUL ou Fundação), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um ativo líquido de 14 438 571 euros e um total de fundos patrimoniais de 3 276 081 euros, incluindo um resultado líquido de 425 501 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um apropriado sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 7 seguinte, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.



Reserva

7. O sistema contabilístico e de controlo interno tem vindo a ser melhorado com vista a ultrapassar determinadas insuficiências que ainda persistem nalgumas áreas, nomeadamente nas confirmações e reconciliações de saldos com terceiros e no sistema de informação de gestão de projetos. Apesar dos esforços que tem vindo a ser desenvolvidos pela Fundação para o encerramento de projetos de anos anteriores, cujo impacto tem sido relevado em Resultados do Exercício, estão por encerrar outros projetos de anos anteriores em fase de análise, relativamente aos quais se desconhece o respetivo impacto ao nível dos Fundos Patrimoniais. Esta limitação ao âmbito do nosso trabalho está a ser acompanhada por parte do Conselho de Administração da Fundação com vista à sua progressiva resolução.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo 7 anterior, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa**, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

9. Na sequência da Lei 24/2012, de 9 de julho, que aprova a Lei-Quadro das Fundações, e dada a classificação da FFCUL como uma fundação pública de direito privado, a FFCUL solicitou à Comissão de Normalização Contabilística e à Presidência do Conselho de Ministros um pedido de esclarecimentos relativo ao enquadramento do referencial contabilístico aplicável, tendo obtido um despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento no sentido da possibilidade de manutenção do sistema contabilístico do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo até à entrada em vigor do novo normativo contabilístico nacional para o setor público.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de maio de 2014

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Ao Conselho Geral,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2013, a atividade da **Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa**, foram examinados os livros, registos contabilísticos e demais documentação, foi constatada a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório Anual da BDO (Sociedade de Revisores membro deste Conselho) sobre a fiscalização efetuada, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.
3. O Conselho Fiscal recomenda que as medidas corretivas e as melhorias já desencadeadas pelo Conselho de Administração, com reconhecidos resultados práticos no período de 2009 a 2013, tenham continuidade para completa resolução das questões evidenciadas na referida Certificação Legal das Contas, nomeadamente através da inventariação total dos ativos e passivos da Fundação e a implementação de procedimentos de controlo interno e contabilísticos adequados, de modo a que as demonstrações financeiras possam permitir uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Fundação. Relativamente ao Grupo de Trabalho constituído em 2009 para a resolução destas questões foram já alcançados progressos de 2010 a 2013, cuja continuação se espera no futuro.

4. À semelhança do exercício anterior, o Conselho Fiscal recomenda também que o Conselho de Administração assegure um especial acompanhamento do processo da dívida do ICAT com vista à sua integral recuperação.

Lisboa, 8 de maio de 2014

O CONSELHO FISCAL

Prof. Dr. Jorge Miguel Alberto de Miranda - Presidente

Prof. Dr. Luís Fernando Sanchez Rodrigues - Vogal

Dr. Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC